

FICAR, SAIR OU REGRESSAR: O PAPEL DO FUNCIONAMENTO FAMILIAR NA AMBIVALÊNCIA E NA SATISFAÇÃO COM A VIDA DE JOVENS ADULTOS EM DIFERENTES CONTEXTOS DE COABITAÇÃO

MARGARIDA APARÍCIO ROSA FUNINA CAVACO

Orientador de Dissertação:

PROF. DOUTORA RITA GOUVEIA

Co-orientador de Dissertação:

PROF. DOUTORA MARIANA MIRANDA

Professor de Seminário de Dissertação:

PROF. DOUTORA MARIANA MIRANDA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Prof.^a Doutora Rita Gouveia e da Prof.^a Doutora Mariana Miranda, apresentada no Ispa - Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Daniel, o meu namorado e melhor amigo, o meu conforto e aquele que sempre me impulsionou a lutar pelos meus sonhos, me amparou todas as quedas e celebrou todas as minhas conquistas como se fossem suas.

Aos meus pais, por tudo o que me ensinaram e por todos os valores que me transmitiram, agradeço-vos por todo o apoio e carinho que me deram ao longo deste percurso. Ao meu mano, por me fazer sempre rir e encarar este percurso com maior leveza.

Aos meus avós por todo o carinho, amor e por se orgulharem de mim. Em especial, ao meu avô Cantigas, por acreditar e se orgulhar incondicionalmente de mim, obrigada por me apoiarem em todo este percurso, sem ti nada disto seria possível.

Às minhas melhores amigas, a Carolina e a Beatriz, pela motivação, apoio e carinho, pelo colo e abraço e pelas gargalhadas intermináveis. Partilhamos conquistas desde (quase) sempre e esta também se deve a vocês.

À minha Kaki, a minha mana emprestada e melhor amiga, obrigada por acreditares sempre em mim. Ao Vicente, o meu afilhado, que com apenas 3 aninhos já me ensinou a forma mais pura de amor e me motiva a ser uma pessoa melhor.

À Zoey e ao Bolt, os meus doguinhos, por toda a companhia e miminho durante todo o meu percurso académico.

Aos meus bisavós, que infelizmente já não estão cá para celebrar esta conquista comigo, mas que sei que estão imensamente orgulhosos de mim.

Por fim, um obrigada não chega às minhas orientadoras Dra. Rita Gouveia e Dra. Mariana Miranda, por todo o apoio, paciência e compreensão, obrigada por me ajudarem a chegar até aqui.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo investigar os efeitos da coabitação intergeracional na satisfação com a vida e na ambivalência intergeracional de jovens adultos face ao atual contexto de crise habitacional e do recente aumento dos jovens em situação “*boomerang*”, i.e., jovens que retomaram a casa dos progenitores após um período de independência. Foi realizada a comparação entre três grupos: jovens que vivem de forma independente, jovens que sempre viveram com os pais e jovens em situação *boomerang*. Simultaneamente, procurou-se identificar fatores protetores dos efeitos negativos da adaptação familiar nos diferentes contextos habitacionais nos níveis de satisfação com a vida e de ambivalência, recorrendo para este efeito a medidas de funcionamento familiar. Participaram neste estudo 317 pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos. Os resultados evidenciam níveis mais baixos de satisfação com a vida e mais elevados de ambivalência em jovens em situação de coabitação intergeracional, com maior impacto nos jovens *boomerang*. No entanto, evidencia-se que o funcionamento familiar atua como um moderador relevante desta relação, observando-se que famílias com um funcionamento familiar equilibrado tendem a atenuar os efeitos negativos da coabitação intergeracional. Os resultados realçam a importância de considerar a situação habitacional e outros *stressores* macro-sistémicos de forma interligada com aspetos que permitam descortinar a competência das famílias em lidar com percursos mais diversos em termos de ciclo de vida familiar.

Palavras-Chave: Coabitação Intergeracional; Efeito *Boomerang*; Satisfação com a Vida; Ambivalência Intergeracional; Funcionamento Familiar.

Abstract

This study examined the impact of intergenerational cohabitation on life satisfaction and intergenerational ambivalence among young adults, within the broader context of the ongoing housing crisis and the increasing prevalence of “boomerang” young adults (those who return to the parental home after a period of independent living). Three groups were compared: young adults living independently, those who had never left the parental home, and boomerang young adults. The study further investigated whether family functioning serves as a protective factor mitigating the negative effects of residential arrangements on life satisfaction and ambivalence. The sample comprised 317 participants aged between 18 and 40 years. Results indicated lower life satisfaction and greater ambivalence among young adults in intergenerational cohabitation, with the most pronounced effects observed in the boomerang group. Crucially, family functioning emerged as a significant moderator, with higher levels of family functioning buffering against these adverse outcomes. These findings highlight the importance of integrating housing conditions and macro-systemic stressors with intra-family dynamics to better understand how families navigate increasingly complex and diverse life course trajectories.

Keywords: Intergenerational Cohabitation; Boomerang Effect; Life Satisfaction; Well-being; Intergenerational Ambivalence; Family Functioning.

Índice

Introdução.....	1
A Família	2
Ciclo da Vida Familiar	4
Relações Intergeracionais	6
Funcionamento Familiar.....	8
<i>Modelos de Stress Familiar</i>	8
A Adulter Emergente e a Coabitação Intergeracional	11
Presente estudo.....	14
Método	16
Delineamento e participantes.....	16
Procedimento	18
Instrumentos.....	19
<i>Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar (FACES IV)</i>	19
<i>Escala de Ambivalência Intergeracional</i>	20
<i>Ambivalência Indireta</i>	21
<i>Escala de Satisfação com a Vida (ESV)</i>	21
Resultados.....	22
Análise Preliminares	22
Teste de Hipóteses.....	24
Discussão	30
Limitações e Estudos Futuros	34
Conclusão	36
Referências	38
Anexos.....	43
Anexo 1 – Materiais de divulgação do presente estudo	43
Anexo 2 – Consentimento Informado	44

Índice de Figuras

Figura 1 <i>Modelo do Presente Estudo</i>	16
Figura 2 <i>Diferenças Entre os Diferentes Grupos de Situação Residencial e as Medidas Direta e Indireta de Ambivalência e de Satisfação com a Vida</i>	24

Índice de Tabelas

Tabela 1 <i>Características Sociodemográficas dos Participantes (N = 317)</i>	17
Tabela 2 <i>Matriz de Correlações entre a Medida Direta de Ambivalência, a Medida Indireta de Ambivalência, a Satisfação com a Vida e o Rácio do Funcionamento Familiar.</i>	22
Tabela 3 <i>Regressão Linear Múltipla (Beta não Padronizados)</i>	23
Tabela 4 <i>Resultados da Análise de Moderação Utilizando o PROCESS (Model 1) para o Contraste 1 – Comparação de Participantes Independentes (1) a Participantes Dependentes e Boomerang (-1)</i>	28
Tabela 5 <i>Resultados da Análise de Moderação Utilizando o PROCESS (Model 1) para o Contraste 2- Comparação de Participantes Dependentes (1) e Boomerang (-1)</i>	29

Introdução

Alcançar a independência e sair de casa dos pais é considerado uma tarefa fundamental da adultez emergente (Wu & Grundy, 2023). Nos contextos urbanos das sociedades ocidentais são consideradas seis fases fundamentais no ciclo de vida individual e familiar, nomeadamente: 1. A adultez emergente e saída de casa dos pais; 2. Formação do casal e união de famílias; 3. Famílias com adolescentes; 4. Lançamento dos filhos e avanço da meia-idade; 5. Famílias na meia-idade tardia; e 6. Famílias perto do fim de vida (McGoldrick et al., 2016). No entanto, entre os fenómenos de diversificação do ciclo de vida, na última década evidencia-se um aumento significativo de jovens adultos que se mantêm a residir com os pais, prolongando assim o período de coabitação entre os jovens e os progenitores, o que se distâcia do desenvolvimento expectável das fases do ciclo de vida. O recente aumento do efeito *boomerang*, ou seja, jovens que após a transição para a vida autónoma, regressam para casa dos progenitores, tem-se demonstrado também um fenómeno intensificado face à atual crise social, laboral e habitacional (Gillespie, 2020; Houle & Warner, 2017).

Atualmente, Portugal é o 4º país da União Europeia (UE) onde se evidencia o maior número de jovens adultos que coabitam com os progenitores. De acordo com os dados recolhidos em 2022 pela PORDATA, estima-se que cerca de 95% dos jovens adultos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos ainda residem com os pais, valor que subiu substancialmente nas últimas duas décadas. Importa também realçar que a idade média de independência ao nível da habitação em Portugal ronda os 30 anos de idade (PORDATA, 2024).

O aumento da coabitação intergeracional até uma idade mais tardia tem um impacto na vida do jovem adulto, mas também nas dinâmicas familiares intergeracionais. A independência tardia dos jovens adultos e a perda de independência/autonomia experienciada por um jovem *boomerang* podem ser consideradas um evento *stressor* que pode originar uma crise na dinâmica familiar, bem como, impactar negativamente a satisfação com a vida do jovem adulto (García-Mendoza et al., 2024; McGoldrick et al., 2016; Wu & Grundy, 2023).

No entanto, a ideia de uma progressão linear no ciclo vital da vida tem sido cada vez mais questionada. Surgem algumas críticas aos modelos lineares face à adultez emergente onde é defendido que o desenvolvimento é cada vez mais um processo não linear, multifacetado e sensível ao contexto socioeconómico de cada indivíduo (Caputo, 2020; Mossakowski, 2011; Settersen, 2015), salientando a não-normatividade destas fases. Atualmente, uma trajetória previsível associada ao alcance da independência já não é a realidade de muitos jovens adultos,

onde é possível evidenciar que a coabitação intergeracional já não representa para todos os jovens adultos um retrocesso ou fracasso, mas sim uma estratégia adaptativa para um desenvolvimento mais alinhado com os seus objetivos pessoais (Caputo, 2020).

Posto isto, realça-se a necessidade de reconhecer o papel da família enquanto sistema face aos diferentes contextos de desenvolvimento individual do jovem adulto. É necessário avaliar os recursos de cada família para melhor compreender de que forma a coabitação é percebida e experienciada, podendo esta assumir um fator protetor ou, pelo contrário, um fator de *stress*. Diversas teorias que realçam estes fatores, nomeadamente, Minuchin (1974) e Hill (1949), dois autores distintos que realçam, por um lado, a capacidade de adaptação e (re)organização das famílias face ao *stress* como um fator determinante e, por outro lado, que a gravidade da crise familiar depende não só do evento *stressor*, mas também dos recursos e percepções dos diferentes membros da família. Também o Modelo Circumplexo dos Sistemas Familiares realça a importância da coesão e flexibilidade familiares para funcionamento familiar mais equilibrado e consequente adaptabilidade a situações de crise e *stress* (Olson, 2011).

A Família

O desenvolvimento humano é caracterizado pela evolução individual interconectada com o desenvolvimento familiar que, em conjunto, estão inseridos num amplo contexto sociocultural (McGoldrick et al., 2016). No alinhamento das teorias sistémicas mais recentes sobre desenvolvimento familiar, considera-se que, para a compreensão do desenvolvimento da identidade e do desenvolvimento humano, tem de se considerar os múltiplos sistemas em que os indivíduos estão inseridos. Dentro destes sistemas, a família surge com primazia (McGoldrick et al., 2016), no entanto, o conceito de família não é fácil de definir, tendo, ao longo dos anos, vindo a sofrer alterações e tendo sido conceptualizada segundo diferentes dimensões (Alarcão, 2006; Relvas, 1996).

Durante um período mais recente, tendeu a prevalecer, nas sociedades ocidentais, um conceito transversal baseado numa ideia de família nuclear composta por um casal heterossexual e os filhos biológicos, também designada, de modelo de família parsoniano (Parsons, 1949). No entanto, com o passar dos anos, começou-se a questionar esta conceção normativa, tendo-se desenvolvido definições mais amplas e inclusivas, onde a família começou a ser encarada como uma construção social definida pelas normas, valores e práticas de cada sociedade num determinado momento histórico, mais afastadas da abordagem estrutural. As abordagens funcionais e transacionais começam a ganhar relevância defendendo que o grupo

que define a família é caracterizado pelo cumprimento de funções sociais relevantes (e.g., cuidar e promover apoio) e pela qualidade dos vínculos (Miller, 2016).

A diversidade de estruturas familiares emergentes, incita assim a repensar critérios rígidos de definição baseado em modelos normativos, caminhando-se atualmente para a substituição da noção rígida do conceito de família pelo reconhecimento da diversidade e multiplicidade de formatos familiares (Miller, 2016; Gouveia & Castrén, 2021).

Dentro da abordagem sistémica, onde esta dissertação se fundamenta, é possível encontrar algum consenso à volta de alguns autores. De acordo com Minuchin, a família seria um sistema que funcionaria através de um conjunto de necessidades funcionais, afetivas e instrumentais, emergindo uma estrutura familiar de uma série de transações repetidas que se transformam, posteriormente, em padrões de interação através dos quais os membros se regem. O sistema familiar tenderia, assim, a funcionar através dos padrões estabelecidos, observando-se uma tendência para manter os padrões e alguma resistência à mudança (Minuchin, 1974; Minuchin, 1988). No entanto, Minuchin, pontua também o estatuto da família como sistema social sujeito a constantes transformações, desenvolvimento e reestruturação.

A Teoria dos Sistemas Familiares desenvolvida por Bowen traz para esta conceptualização uma nova camada. Bowen definiu a família como uma unidade emocional interdependente, onde os membros estão interligados por laços afetivos e padrões de funcionamento transmitidos de geração em geração. Acrescenta, desta forma, um dos conceitos fundamentais da teoria: a transmissão multigeracional, que traduz o facto de os padrões de funcionamento emocional e comportamental e a diferenciação do *self* serem transmitidos de geração em geração de pais para filhos (Bowen, 1978).

Recentemente, McGoldrick e colaboradores (2016) integram o estudo da família dentro dos modelos de desenvolvimento humano. Conceptualizam que este desenvolvimento é caracterizado pela evolução individual interconectada com o desenvolvimento familiar que, em conjunto, estão inseridos num amplo contexto sociocultural. Considera-se, assim, que para a compreensão do desenvolvimento da identidade e do desenvolvimento humano, o foco principal deve ser o sistema em que o indivíduo está inserido. As autoras representam um consenso com a teoria de Bowen, onde realçam a importância das relações multigeracionais, considerando a interdependência multigeracional uma base fundamental para o bem-estar nas famílias que promove os sistemas de apoio entre gerações, onde de forma emocional e/ou prática, são essenciais para enfrentar transições no ciclo de vida familiar, já referidas também pela escola estrutural (McGoldrick et al., 2016).

Ciclo da Vida Familiar

A teoria do ciclo de vida familiar surge com o principal objetivo de compreender as transições de fases expectáveis que as famílias ultrapassam ao longo do tempo (e.g., casamento, parentalidade). Os primeiros modelos que surgiram foram baseados em teorias centradas no indivíduo onde a vida adulta era organizada em fases sequenciais de tarefas normativas (Erikson, 1963, Levinson, 1986, Sheehy, 1977). No entanto, estas abordagens não consideravam o papel fundamental do contexto familiar, cultural e social no desenvolvimento da identidade, pelo que surgiram abordagens que procuravam incluir o sistema familiar, sendo as primeiras ainda bastante normativas (Duvall, 1977; Hill, 1986).

Minuchin e Fishman (1981) propõem um modelo composto por seis fases do ciclo de vida familiar que tem início com a autonomia do jovem adulto e termina com a terceira idade. Essencialmente, o que diferencia este modelo dos restantes modelos sociológicos é que, o ciclo de vida familiar inicia com a saída do jovem adulto da casa dos pais, uma fase onde se postula que o jovem se deve diferenciar da sua família nuclear e desenvolver relações íntimas com outros adultos, bem como adquirir independência financeira.

McGoldrick e Carter (2001) e, mais recentemente na quinta edição, McGoldrick e colaboradores (2016), propõe uma reinterpretação mais abrangente e crítica das teorias do ciclo de vida familiar, atendendo às transformações sociais, culturais e económicas: O Modelo Multicontextual do Ciclo de Vida Familiar. Este modelo afasta-se da linearidade e normatividade e foca-se numa perspetiva sistémica que integra o indivíduo, a família, a comunidade e a sociedade. As autoras encaram o desenvolvimento humano como um processo que está inserido em vários contextos interligados que devem incluir fatores como o histórico familiar, os padrões intergeracionais e os fatores sociais e culturais (McGoldrick et al., 2016).

No Modelo Multicontextual do Ciclo de Vida Familiar, as autoras identificam dois eixos principais de influência no funcionamento da família o longo do ciclo de vida: os fatores verticais caracterizados por padrões transmitidos entre gerações (e.g., traumas, crenças, mitos) e os fatores horizontais caracterizados pelos eventos e transições ao longo do tempo (e.g., doença, migração, desemprego, divórcio). Desta forma, o modelo realça como o passado familiar e os acontecimentos atuais podem influenciar a evolução do sistema familiar (McGoldrick et al., 2016).

As dinâmicas são representadas num círculo concêntrico que representa diferentes níveis de influência, onde o indivíduo se encontra no centro e a sociedade no extremo exterior, e dois eixos cruzados representados pelos fatores verticais e horizontais. As autoras defendem que nenhuma transição familiar ocorre de forma isolada e que todas são vivenciadas num

contexto relacional e social (McGoldrick et al., 2016). Postula-se que a família é a base do desenvolvimento humano, exatamente por ser o sistema que acompanha o indivíduo desde as primeiras até às últimas experiências do ciclo de vida individual e familiar. No entanto, as relações partilhadas com os diversos membros das gerações familiares sofrem mudanças e transições ao longo da vida, sendo que, conseqüentemente, os limites são alterados, a distância psicológica varia de acordo com a fase em que se encontram e os papéis familiares dentro dos subsistemas estão também em constante mudança. As autoras consideram que, ao longo do desenvolvimento, as famílias passam por fases de desenvolvimento específicas e caracterizadas por tarefas e desafios específicos enfrentados por todos os membros da família. No entanto, como já referido, estas fases não são lineares e podem ser sujeitas a crises no ciclo de vida familiar que requerem uma maior capacidade de adaptação e reorganização (McGoldrick et al., 2016).

No Modelo de *Stress*, Minuchin defende que a transição entre as diferentes fases do ciclo familiar não é isenta de *stress* e que tanto o *stress*, como o conflito causado por fatores externos e internos são inevitáveis aquando da evolução familiar. No entanto, a capacidade de adaptação da família aos momentos de transição determina o grau de *stress* experienciado no seio familiar (Hill, 1949; Minuchin, 1974; Rosino, 2016).

Uma das fases realçadas no ciclo de vida familiar assenta na transição para a vida adulta onde a saída de casa dos progenitores é expectável. Esta fase exige uma individuação do jovem adulto ao nível do desenvolvimento da identidade e autonomia, mas também uma (re)organização das relações intergeracionais. Na fase do ciclo familiar em que o jovem adulto começa a desenvolver mais autonomia e identidade e observa-se que as relações com os progenitores tendem a tornar-se mais horizontais do que hierárquicas, o que representa uma mudança acentuada nos papéis familiares desempenhados. Esta fase é uma fase fundamental por ser a que requer uma maior capacidade de adaptação para que seja possível, aquando das mudanças, que a família mantenha um desenvolvimento saudável. Em suma, pressupõe-se uma renegociação no sistema conjugal, alterações na relação entre pais e filhos, que se deve tornar numa relação de adulto para adulto, e a aceitação e inclusão de novos membros no sistema familiar (e.g. cônjuges ou netos) (Minuchin & Fishman 1981).

Neste sentido é fundamental compreender de que forma as relações e dinâmicas intergeracionais se relacionam com esta fase e conseqüente transição e adaptação por parte dos vários membros da família, uma vez que, a qualidade das relações familiares pode ser um fator facilitador da adaptação do jovem adulto à nova fase de vida (McGoldrick et al., 2016).

Relações Intergeracionais

A solidariedade intergeracional é definida como uma estrutura multidimensional que permite avaliar componentes comportamentais, afetivos, cognitivos e estruturais da família, definindo desta forma o conceito de “Relações Intergeracionais”. Neste sentido, considera-se que os membros da família estão interligados por diversas tipologias de solidariedade, representadas por laços sociais complexos e caracterizados por uma fonte primária de apoio mútuo, emocional e instrumental. Neste seguimento, é desenvolvido, o “Modelo de Solidariedade Intergeracional” com a finalidade de conceptualizar as relações intergeracionais na vida adulta através da análise dos comportamentos, atitudes e sentimentos entre os membros da família (Bengtson et al., 2002; Bengtson & Roberts, 1991; Steinbach, 2008).

O modelo descreve diversas dimensões da solidariedade intergeracional, nomeadamente: (1) a solidariedade estrutural, que reflete aspetos como o número de elementos do agregado, a estrutura da família e proximidade geográfica entre os membros da família; (2) a solidariedade associativa, a qual remete para a frequência de atividades realizadas em família e os padrões de interação; (3) a solidariedade consensual ligada ao consenso entre opiniões, valores e orientações; (4) a solidariedade normativa associada às expectativas perante as obrigações e funções de cada membro da família; a (5) solidariedade emocional caracterizada pela forma e intensidade de sentimentos positivos transmitidos para os outros membros da família e a sua reciprocidade; e a (6) solidariedade funcional, que remete para o suporte dado e recebido entre as diferentes gerações a nível emocional e/ou instrumental (Bengtson & Roberts, 1991; Steinbach, 2008).

Apesar das críticas face à normatividade da representação de uma família ideal e incapacidade de atender à multiplicidade das interações familiares, os autores defendem que cada dimensão da solidariedade não deve ser analisada apenas numa vertente positiva e que estas representam dois polos distintos. Nomeadamente, (1) a solidariedade estrutural remete para as oportunidades e as barreiras; (2) a solidariedade afetiva remete tanto para a intimidade como para a distância afetiva; (3) a solidariedade consensual para o acordo e o desacordo; (4) a solidariedade normativa para o familismo e individualismo e; por fim, (5) a solidariedade funcional para a dependência e autonomia (Albert & Ferring, 2018; Bengtson & Roberts, 1991; Monteiro, 2010).

Em resposta às críticas e novos avanços na investigação, os autores consideram o conceito de ambivalência como um aspeto fundamental para a compreensão das relações

familiares pelo que, o modelo é atualizado para “Modelo de Solidariedade-Conflito Familiar Intergeracional”, onde é acrescentada uma sétima dimensão: o conflito. Os autores defendem que o conflito é uma característica inevitável das relações interpessoais e que deve ser avaliado separadamente das características da base das relações intergeracionais, fornecendo desta forma uma avaliação dos aspetos negativos das relações intergeracionais (Bengtson et al., 2002; Bengtson & Roberts, 1991).

Ainda que o conflito deva ser interpretado como um aspeto normativo das relações intergeracionais, o mesmo irá sempre impactar a forma como os membros da família se percebem entre si. Os autores defendem que não existe uma lógica dicotómica entre a solidariedade e o conflito, mas que, pelo contrário, é possível que estes estejam presentes simultaneamente na mesma proporção. Tal remete para a ambivalência no sentido da experiência simultânea de sentimentos positivos e negativos em relação aos membros da família e que variam consoante as diferentes dinâmicas familiares e circunstâncias envolventes (Clarke et al., 1999).

O conceito de ambivalência intergeracional surge como uma crítica à conceptualização da solidariedade emocional, considerada, pelos críticos, como um conceito demasiado harmonioso. Neste sentido, a ambivalência é definida pela coexistência de aspetos positivos e negativos nas relações familiares quando os indivíduos se encontram perante situações de emoções, pensamentos e estruturas polarizadas consideradas relevantes a um nível individual ou coletivo e interpretadas como incompatíveis (Luescher & Pillemer, 1998; Steinbach, 2008). Conflito e solidariedade são considerados por estes autores como “duas faces da mesma moeda” (Widmer, 2010). Os autores Luescher e Pillemer (1998) salientam que as relações não se caracterizam somente pela solidariedade e conflito como previamente definido por Bengtson e Roberts (1991), mas que as relações intergeracionais são marcadas pela coexistência de ambos.

A ambivalência intergeracional é definida como uma oscilação de emoções, cognições e/ou comportamentos que o indivíduo poderá sentir em relação a um objeto ou, neste caso, a um membro da família. A presença simultânea de sentimentos, crenças e/ou comportamentos contraditórios é tendencialmente experienciada como algo desagradável devido a uma necessidade inata do ser humano de consistência, que é comprometida pela contradição (Albert & Ferring, 2018; Kaplan, 1972; Pillemer & Lüscher, 2004). A evolução da definição deste conceito permite uma melhor compreensão da experiência simultânea de aspetos relacionais positivos e negativos nas relações intergeracionais, que se refletem em paradoxos entre a

proximidade e a distância e entre a intimidade e os limites estabelecidos nas relações (Albert & Ferring, 2018; Bengtson et al., 2002).

É possível experienciar sentimentos ambivalentes numa vertente emocional através de pensamentos ou emoções do indivíduo, ou numa vertente estrutural onde se inserem dilemas derivados de normas sociais. Numa perspetiva familiar, a ambivalência é um aspeto fundamental para uma melhor compreensão das relações familiares por permitir potenciar inovações associadas aos padrões de comunicação e apoio mútuo (Peters et al., 2006).

A ambivalência surge assim como um conceito abstrato e, conseqüentemente, difícil de medir. Lettke & Klein (2004) distinguem a medição direta e indireta da ambivalência definindo, por um lado, as medidas diretas que consistem em perguntas formuladas para avaliar sentimentos mistos ou a sensação de estar “dividido” em algum aspeto nas relações intergeracionais. Por outro lado, as medidas indiretas, que se caracterizam pelo rácio entre aspetos positivos e negativos expectáveis nas relações intergeracionais.

As relações intergeracionais são moldadas pelos fatores estruturais e pelas crenças e normas. Nomeadamente, os fatores estruturais, caracterizam-se por elementos sociais que moldam as relações através dos sistemas de apoio, dos papéis e estatutos. Por outro lado, as crenças e normas, definem-se pelos valores e expectativas que moldam os comportamentos e atitudes na dinâmica familiar e são caracterizadas pela reciprocidade e pela harmonia (Luescher & Pillemer, 1998).

Funcionamento Familiar

Modelos de Stress Familiar

Como referido anteriormente, a família é um sistema em constante mudança, crescimento e transformação (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). Desde muito tempo, tem havido uma procura de conceptualização dos processos que ocorrem nas famílias aquando dessas mudanças.

O modelo ABC-X do *stress* familiar e *coping* foi desenvolvido com o intuito de compreender que fatores determinam a relação entre os eventos *stressores* e a crise familiar. Considerando que os eventos de *stress* podem ou não desencadear uma crise no sistema familiar, pretendeu-se explorar quais os fatores que diferenciavam a resposta familiar num sistema que se mantém intacto e funcional quando confrontados com mudanças (e.g., mudanças sociais e económicas) (Hill, 1949; Rosino, 2016).

O modelo realça que os fatores determinantes assentam essencialmente no evento *stressor* (A) representativo dos acontecimentos específicos causadores de *stress* que exijam

uma adaptação substancial, que podem representar mudanças positivas ou negativas (e.g., transições de vida significativas). Os recursos familiares (B) utilizados para lidar com o evento *stressor*, que podem ser internos (e.g., coesão familiar) ou externos (e.g., rede de apoio). As percepções (C) que se associam à interpretação da situação de *stress* e dos recursos disponíveis, realçando que a percepção é variável entre famílias e entre membros da família e que poderá influenciar a resposta ao *stress* (Hill, 1949; Rosino, 2016).

É defendido que a interação entre os fatores de *stress* (A), os recursos familiares (B) e as percepções (C) é indicadora do grau de complexidade da crise (X) experienciada pela família, e onde se pressupõem-se que famílias com recursos adequados e percepções positivas podem não vivenciar uma crise face aos eventos *stressores*, enquanto a falta de recursos e as percepções negativas podem originar uma crise (Hill, 1949; Rosino, 2016).

Mais tarde, já dentro de um enquadramento sistémico, surge o Modelo de *Stress* (Minuchin, 1974). Também este modelo enfatiza as complexidades da dinâmica familiar, realçando que, tais mudanças ocorrem no sistema familiar devido a eventos de *stress* com que os elementos da família se confrontam e que podem desencadear a uma crise familiar (Alarcão, 2006; Minuchin, 2012; Relvas, 1996). Este modelo define ainda dois tipos de *stressores*, os *stressores* internos emergentes do sistema familiar (e.g., conflitos conjugais) e os *stressores* externos ao sistema familiar originados por fatores contextuais e sociais, quando a família não detém a capacidade de se (re)organizar face a estes *stressores* pode ocorrer uma intensificação da rigidez e estes podem assumir um papel desorganizador (Minuchin, 1974).

No entanto, existe uma conotação positiva que emerge deste processo, o modelo realça que o *stress* é um fator comum face a novas situações e adaptação das famílias e que o processo de mudança, e os sintomas que daí advenham, não deve ser encarado como algo patológico, mas sim como uma forma normativa da família se (re)ajustar a diferentes situações. No entanto, quando a resposta familiar resulta no aumento da rigidez dos padrões e fronteiras e se observa o evitamento ou resistência à adaptação e procura de alternativas, considera-se que o *stress* é um fator patológico na dinâmica familiar (Minuchin, 1974).

Nesta sequência e para uma melhor compreensão, realça-se o Modelo Circumplexo de Olson e colaboradores (1986; 2011). Este modelo integra uma perspetiva sistémica e tem como principal finalidade avaliar o funcionamento familiar através de três conceitos essenciais: a coesão, a flexibilidade e a comunicação familiar.

A coesão familiar é definida como a ligação emocional existente entre os membros da família e pode ser avaliada em dois extremos compreendidos entre a separação na sua totalidade e a união extrema. Neste sentido, a coesão no funcionamento familiar é inserida num

continuum de cinco níveis: (1) as famílias desagregadas onde se inserem os níveis extremamente baixos de coesão, (2) as famílias algo ligadas onde se evidenciam valores médios-baixos de coesão, (3) as famílias ligadas com níveis moderados, (4) as famílias muito ligadas com valores médios altos e, por fim, (5) as famílias aglutinadas onde se evidenciam níveis extremamente elevados de coesão familiar. Desta forma, as famílias desagregadas e aglutinadas, por serem consideradas os dois extremos do *continuum* caracterizam funcionamentos familiares disfuncionais, e os restantes três níveis caracterizam as famílias saudáveis por corresponderem a valores equilibrados de coesão (Gouveia-Pereira et al., 2020; Olson, 2011; Santos-Gomes & Gouveia-Pereira, 2014).

Por outro lado, a flexibilidade familiar caracteriza-se pela estabilidade da organização dos papéis familiares, da liderança e das regras relacionais, desta forma, é possível avaliar onde se posiciona a família entre os dois extremos da estabilidade e mudança. Tal como a coesão, a flexibilidade familiar é inserida num *continuum* entre as famílias rígidas onde se evidenciam níveis de flexibilidade extremamente baixos e as famílias caóticas com níveis de flexibilidade extremamente elevados. Estes dois extremos compõem então os funcionamentos familiares disfuncionais. Por outro lado, as famílias saudáveis poderão estar compreendidas entre as famílias algo flexíveis com valores médio-baixos, as famílias flexíveis com valores moderados e as famílias muito flexíveis com valores moderados-altos (Gouveia-Pereira et al., 2020; Olson, 2011; Santos-Gomes & Gouveia-Pereira, 2014).

A terceira dimensão, a comunicação familiar, é considerada uma dimensão facilitadora da qualidade da coesão e flexibilidade familiar e caracteriza-se pela qualidade das competências de comunicação utilizadas pelos membros da família (Santos-Gomes & Gouveia-Pereira, 2014; Gouveia-Pereira et al., 2020; Olson, 2011).

O modelo distingue o funcionamento familiar saudável, caracterizado por níveis equilibrados de coesão e flexibilidade familiares e o funcionamento familiar disfuncional, caracterizado por níveis desequilibrados de coesão ou flexibilidade, podendo estes variar entre valores muito elevados e valores muito baixos (Gouveia-Pereira et al., 2020; Olson, 2011; Santos-Gomes & Gouveia-Pereira, 2014).

A teoria sistémica defende que o funcionamento familiar não é linear e que diferentes características do ciclo de vida familiar podem requerer diferentes níveis de coesão e flexibilidade. Desta forma, consideram-se as famílias saudáveis aquelas que se encontram com valores moderados, pois o funcionamento familiar necessita tanto da estabilidade e mudança, como da união e separação para que sentimentos de estabilidade prevaleçam. No entanto,

evidencia-se que não existe um funcionamento familiar “excelente”, pois, todas as famílias detêm diferentes necessidades em diferentes momentos (Gameiro & Sampaio, 2005).

A hipótese central do modelo defende que sistemas familiares mais funcionais estão associados a níveis equilibrados de coesão e flexibilidade e que os sistemas familiares desequilibrados estão associados a sistemas inseridos nos níveis extremos da coesão e da flexibilidade familiares. De acordo com o modelo é possível explicar o funcionamento familiar através da unificação da coesão e da flexibilidade familiar pressupondo que sistemas familiares equilibrados originam um funcionamento familiar mais saudável e que os sistemas familiares desequilibrados conduzem a um funcionamento familiar problemático e disfuncional (Santos-Gomes & Gouveia-Pereira, 2014; Gouveia-Pereira et al., 2020.; Olson, 2011).

A coabitação intergeracional prolongada requer uma adaptação e reorganização de papéis por parte do sistema familiar, neste sentido, o Modelo Circumplexo fornece um enquadramento para uma melhor compreensão da forma como o sistema familiar lida com a mudança. Os autores defendem que famílias com níveis equilibrados de coesão e flexibilidade tendem a deter uma maior capacidade de adaptação face às transições (Olson, 2011).

A Adulter Emergente e a Coabitação Intergeracional

Atualmente os jovens adultos enfrentam uma crise social e habitacional emergente. De acordo com os dados fornecidos pela Eurostat (2024) a idade média de saída de casa dos pais na União Europeia (UE) é de 26.3 anos. Na população portuguesa, a idade média tem variado, nos últimos anos, entre os 30 e os 34 anos de idade e os dados representam um aumento significativo da idade média de independência no decorrer das últimas décadas.

Recentemente, evidencia-se também um aumento do efeito *boomerang*, ou seja, o efeito reverso do ciclo vital da família, onde, após a transição do marco da saída de casa, o jovem adulto volta para casa dos progenitores após um período a viver de forma autónoma (Gillespie, 2020; Houle & Warner, 2017). O regresso a casa dos pais pode ocorrer devido a diversos motivos, sendo os mais comuns as dificuldades económicas emergentes, a perda de um emprego ou o fim de uma relação afetiva (Wu & Grundy, 2023).

De acordo com o Ciclo de Vida Familiar, a adulter emergente é uma fase de desenvolvimento de extrema importância que se caracteriza pela renegociação da identidade, o aumento da independência, o aumento de escolhas e possibilidades, bem como uma maior instabilidade a nível relacional (García-Mendoza et al., 2024; McGoldrick et al., 2016). Alcançar a independência e sair de casa dos pais é considerado um importante marco da transição para a idade adulta e também uma tarefa desenvolvimental fundamental da fase da

adulthood emergent, being, inclusively, a crucial factor for the individual's self-perception while an adult (Preetz et al., 2022; Wu & Grundy, 2023).

Intergenerational cohabitation is associated with intense interpersonal relationships, especially, between adults of different generations of a family. For example, in a situation of cohabitation between adult children and their parents, long-lasting relationships are evidenced, which initially had characteristics of a functioning characterized by the predominance of responsibility and dominance of the parents over the children. Young adults find themselves developing individually and reaching progressively their independence while, simultaneously, residing with their parents, which originates changes in the roles exercised by the family members (Szydlik, 2016).

Intergenerational cohabitation can be experienced by different families in different ways, being for some quite positive, derived, for example, from monetary and parental support, but, for others, it can be experienced as something derived from pure necessity, affecting in this way their well-being and self-esteem (Gustafsson, 2021).

Long-term cohabitation with parents can be considered a crisis in the family life cycle in the sense that it can be a representative situation of the difficulties of the young adult in the transition to adulthood characterized by emotional, financial and social independence (McGoldrick et al., 2016). However, according to the ABC-X theory, the experience of long-term intergenerational cohabitation will vary according to the resources and perceptions of the family members (Hill, 1949; Rosino, 2016).

In this sense, it is possible to evidence that long-term family cohabitation delays the phase of "leaving the home" where it is expected a reorganization of roles, where young adults and their parents reach a greater autonomy (McGoldrick et al., 2016). Tendency, both for the parents as for the young adults, at a certain moment, they yearn for leaving the home and a more independent life. However, with the increasing difficulty in reaching autonomy, the developmental tasks of renegotiating the relationships between parents and young adults become increasingly complex (Albert & Ferring, 2018; Caputo, 2020; Copp et al., 2017; García-Mendoza et al., 2024; Wu & Grundy, 2023). In this sense, when intergenerational cohabitation is prolonged the boundaries between generations can become diffuse, originating in this way a disorganization associated with family roles (Alarcão, 2006; Hill, 1949; Minuchin, 1974).

Some results we find in the literature evidence exactly this. For example, studies conducted in the United Kingdom, suggest that young adults who live in a

independente (no sentido em que a independência residencial foi alcançada) tendem a experienciar menos problemas de saúde mental em comparação com os jovens adultos que vivem com os pais (Gustafsson, 2021). Paralelamente, é também possível evidenciar que jovens adultos que vivem de forma independente tendem a apresentar níveis mais elevados de satisfação com a vida do que jovens adultos que vivem com os pais e que estas diferenças tendem a ser mais acentuadas em indivíduos do sexo feminino do que do sexo masculino (Gagné et al., 2022).

Consequentemente, regressar a casa dos pais pode ter um efeito negativo no jovem adulto que poderá vir a desenvolver sentimentos de falha ou a percepção de que se encontra em “atraso” ou retrocesso em comparação com os pares. No entanto, também pode ter um efeito positivo pois, em algumas situações o apoio parental pode ajudar a diminuir os efeitos negativos da crise desenvolvimental do jovem adulto e pode também aliviar algum *distress* experienciado durante o período de independência (e.g dificuldades financeiras) (Wu & Grundy, 2023)

Alguns estudos realizados nos Estados Unidos da América (EUA) defendem que, do ponto de vista do jovem adulto, sair ou voltar para casa dos pais pode ser uma decisão influenciada por diversos fatores (e.g financeiros). As relações intergeracionais demonstram ter uma acentuada influência nestas decisões, bem como na forma como a saída ou o retorno é experienciado pelo jovem adulto, no entanto, até à data são poucos os estudos que permitem compreender esta ligação (Gillespie, 2020).

Um estudo desenvolvido na Alemanha sobre o efeito *boomerang* durante a pandemia COVID-19 sugere que, apesar de a experiência subjetiva de voltar para casa dos pais variar de indivíduo para indivíduo, é possível evidenciar que, tendencialmente, por ser um retrocesso na transição para a idade adulta, voltar para casa dos pais pode ter um impacto negativo no bem-estar subjetivo do jovem adulto (Preetz et al., 2022). No entanto, estes resultados vão ao encontro de estudos realizados pré pandemia nos EUA, onde foi possível evidenciar níveis mais elevados de sintomatologia ansiosa em jovens adultos que regressaram para casa dos progenitores (Caputo, 2020; Copp et al., 2017).

A maioria dos jovens adultos que volta para casa dos pais relata que as interações com os pais são substituídas por negociações sobre os papéis familiares e que estes se sentiam infantilizados devido a uma tendência dos progenitores de remeter para uma posição de cuidador, mantendo desta forma uma postura mais autoritária e controladora sobre os filhos adultos que, consequentemente, poderá originar a percepção de menor autonomia e menos aceitação (Preetz et al., 2022).

Paralelamente, o bem-estar do jovem adulto pode também ser influenciado pelo aumento do conflito intergeracional, associado essencialmente às alterações da necessidade de espaço pessoal, autonomia, privacidade e divisão de tarefas. Consequentemente, evidencia-se que jovens adultos que vivem com os pais relatam níveis mais elevados de conflito em comparação com jovens adultos que vivem de forma independente (Preetz et al., 2022).

Presente estudo

Como referido anteriormente, de acordo com os dados fornecidos pela Eurostat (2024), a idade média de saída de casa dos progenitores na União Europeia (UE) é de 26.3 anos, sendo que, na população portuguesa, a idade média tem variado, nos últimos anos, entre os 30 e os 34 anos de idade. Consequentemente, observa-se um aumento na coabitação intergeracional entre pelo menos duas gerações, algo que pode ser experienciado como um evento *stressor* e, consequentemente, como uma crise no ciclo de vida familiar (García-Mendoza et al., 2024; Hill, 1949; McGoldrick et al., 2016; Minuchin, 1974; Rosino, 2016).

Até ao momento são diversos os estudos que procuram relacionar a coabitação intergeracional com o bem-estar dos jovens adultos. No entanto, são poucos os estudos que diferenciam os três principais grupos: jovens que sempre viveram com os pais, jovens em situação *boomerang* e jovens que vivem de forma independente (doravante, o termo independente será utilizado para jovens adultos que já alcançaram a independência residencial). Tal comparação é extremamente importante, pois, a situação económica atual aumenta significativamente a tendência para o *boomerang* e, apesar de estes jovens se encontrarem no momento atual na mesma situação residencial que os jovens que nunca saíram, as suas experiências são bastante diferenciadas (Copp et al., 2017).

Como supracitado, nas últimas décadas a idade média de independência residencial tem aumentado de forma significativa, pelo que se realça a importância de realizar estudos que incluam uma avaliação mais abrangente com jovens adultos mais velhos pois, com o aumento da idade, a expectativa de alcançar objetivos desenvolvimentais aumenta e pode impactar de forma negativa o bem-estar e perceção sobre si mesmo do jovem (Copp et al., 2017).

Apesar de atualmente ser evidente que a coabitação prolongada com os progenitores pode influenciar o bem-estar do jovem adulto devido a avaliações individuais negativas sobre a dificuldade em atingir os marcos de independência socialmente previstos para a sua idade, o ambiente familiar demonstra ter um impacto significativo nesta relação. De acordo com Salerno e colaboradores (2023), um bom ambiente familiar pode encorajar a resiliência do jovem adulto e um ambiente familiar desajustado pode tornar o jovem mais vulnerável a efeitos

negativos. Por outro lado, é realçada a necessidade de considerar os fatores que podem atenuar o efeito das circunstâncias de coabitação no bem-estar e nos sintomas depressivos dos jovens adultos (Copp et al., 2017; Hill, 1949; Rosino, 2016).

Posto isto, o presente estudo visa explorar o impacto da coabitação dos jovens adultos com os progenitores até uma idade mais avançada. Como é possível evidenciar na literatura, a permanência dos jovens em casa dos pais tem vindo a aumentar drasticamente nas últimas duas décadas. Por este motivo, pretende-se avaliar a satisfação com a vida do jovem adulto e a ambivalência intergeracional percebida, comparando jovens adultos que sempre viveram com os pais com jovens adultos numa situação *boomerang* e jovens adultos que vivem de forma independente.

Procura-se responder à questão de investigação “De que forma a coabitação intergeracional influencia o a satisfação com a vida e a ambivalência intergeracional percebida pelo jovem adulto e de que forma o funcionamento familiar modera esta relação?”.

O primeiro objetivo é verificar se existem diferenças entre a ambivalência experienciada por jovens adultos em situação de *boomerang*, jovens adultos que sempre viveram com os pais e jovens adultos que vivem de forma independente, bem como se existem diferenças ao nível da satisfação com a vida do jovem adulto. O segundo objetivo é avaliar se o funcionamento familiar tem um efeito moderador entre a coabitação intergeracional e a satisfação com a vida do jovem adulto, bem como entre a coabitação intergeracional e a ambivalência percebida. É de salientar que dada a natureza ampla e multidimensional do conceito de bem-estar, este estudo incide especificamente no construto satisfação com a vida, entendido enquanto avaliação global que o sujeito faz da sua própria vida (Diener et al., 1985).

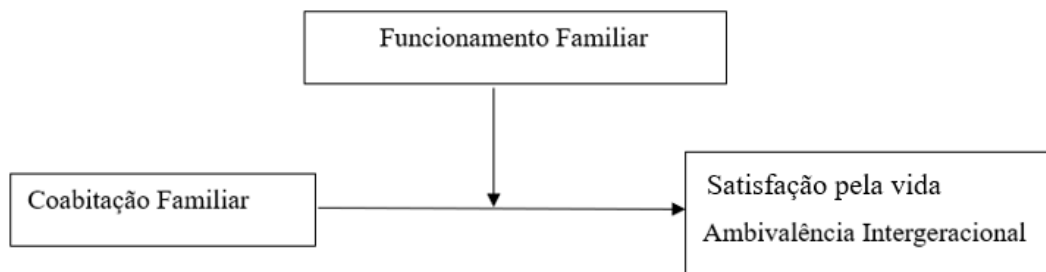
A primeira hipótese assenta nas diferenças entre a situação de coabitação do jovem adulto tanto na satisfação com a vida como na ambivalência intergeracional. Neste sentido, evidencia-se que os efeitos negativos da coabitação na saúde mental e bem-estar dos jovens adultos se intensificam com o aumento da idade e que, a saúde mental dos jovens adultos que vivem com os pais é significativamente inferior à dos jovens que vivem de forma independente, possivelmente devido a uma maior necessidade de autonomia e pela procura de alcançar os marcos estabelecidos pela sociedade para a fase de desenvolvimento (Howard et al., 2023). Postula-se também que a ambivalência intergeracional seja experienciada com mais intensidade pelos jovens adultos em situação *boomerang*. Salerno e colaboradores (2023), num estudo sobre minorias sexuais e a coabitação durante o COVID-19, evidenciam que existe um padrão de bem-estar entre os três diferentes grupos, sendo que, descrevem níveis mais baixos de bem-estar em jovens que saíram e voltar a viver com os progenitores (*boomerang*), um nível

médio em jovens que sempre viveram com os progenitores e os níveis mais elevados de bem-estar em jovens que vivem de forma independente.

A segunda hipótese colocada é o efeito moderador do funcionamento familiar na relação entre a coabitação intergeracional e a satisfação com a vida e ambivalência experienciadas. Neste sentido, postula-se que famílias equilibradas quanto aos níveis de coesão e flexibilidade estejam associadas a um menor efeito negativo da coabitação no bem-estar e na ambivalência intergeracional e que, famílias desequilibradas estejam associadas a um maior efeito negativo entre estas. O Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares (Olson, 2011) defende que sistemas familiares equilibrados (vs. desequilibrados) permitem um funcionamento familiar mais ajustado perante necessidades de reorganização. Neste sentido, postula-se que a coesão familiar e a flexibilidade familiar possam moderar os efeitos associados à coabitação prolongada no bem-estar e ambivalência intergeracionais percebidos pelo jovem adulto.

Figura 1

Modelo do Presente Estudo



Método

Delineamento e participantes

O presente estudo é de natureza quantitativa e com um delineamento transversal. Para o efeito do presente estudo, foi realizada uma recolha de dados *online* numa amostra não-probabilística de jovens adultos com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos. Foi possível obter uma amostra com uma dimensão total de 317 participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos ($M = 25.24$; $DP = 5.19$).

Como é possível observar na Tabela 1, os participantes são maioritariamente do sexo feminino (82%) e de nacionalidade portuguesa (94.4%). Observa-se também uma predominância de indivíduos heterossexuais (87.3%), bem como com graus de escolaridade de nível superior (78.6%). No que toca à situação conjugal ou amorosa, observa-se que a maioria dos participantes se encontra numa relação amorosa (66.2%), dentro dos quais 81.3% se encontram em relações de longa duração (mais de um ano).

São diferenciados três grupos de referência de acordo com os percursos residenciais: jovens adultos que sempre viveram com os pais, os quais constituem um total de 181 participantes correspondentes a 57.8% da amostra; jovens adultos em situação de *boomerang*, ou seja, que já viveram fora de casa dos progenitores, mas que tiveram de retomar por algum motivo (e.g separações, questões financeiras, emprego), perfazendo um total de 50 participantes correspondentes 16% da amostra e jovens adultos que se encontram atualmente a viver de forma independente, correspondendo a um total de 82 participantes, o que representam a 26.2% da amostra.

Tabela 1

Características Sociodemográficas dos Participantes (N = 317)

		<i>n</i>	%
Grupo Etário	18-24	147	46.8%
	25-29	118	37.6%
	30-34	18	5.7%
	35-40	31	9.9%
Género	Feminino	260	82%
	Masculino	54	17%
	Não-Binário	3	0.9%
Orientação Sexual	Heterossexual	276	87.3%
	Homossexual	12	3.8%
	Bissexual	23	7.3%
	Outro	5	1.6%
Escolaridade	3º Ciclo	3	0.9%
	Ensino Secundário	65	20.5%
	Licenciatura ou Superior	249	78.6%

Situação Residencial	Nunca saíram de casa	181	57.8%
	Residência Independente	82	26.2%
	<i>Boomerang</i>	50	16%
Situação Profissional	Estudante	104	32.8%
	Trabalhador-Estudante	50	15.8%
	À procura do primeiro emprego	19	6%
	Desempregado	10	3.2%
	Trabalho por conta própria	17	5.4%
	Trabalho por conta de outrem	112	36.9%
Nacionalidade	Portuguesa	286	94.4%
	Dupla Nacionalidade	17	5.6%
Relação Amorosa	De longa duração	169	81.3%
	De curta duração	39	18.8%

Procedimento

Tendo em conta que se trata de um estudo quantitativo de *design* transversal, cujo instrumento de recolha utilizado foi um inquérito por questionário *online*, foi desenvolvido um formulário *online* na plataforma *Qualtrics*. O questionário é composto por dois blocos principais onde consta o consentimento informado (Anexo A). No primeiro bloco constam as principais escalas, apresentadas pela seguinte ordem: Escala de Funcionamento Familiar, Escala de Satisfação com a Família, Subescala Afeto e Subescala Conflito do Índice de Solidariedade Intergeracional, Escala de Ambivalência Intergeracional e, por fim, Escala de Satisfação com a Vida. No segundo bloco, foi apresentado um questionário sociodemográfico com o intuito de obter algumas informações relevantes para o presente estudo, nomeadamente, idade, género, nacionalidade, habilitações literárias, identidade de género, orientação sexual, se está numa relação amorosa e qual a duração, e, essencialmente, quais as suas condições de coabitação (se sempre viveu com os pais, se atualmente vive de forma independente ou se é *boomerang*).

O questionário foi divulgado através de um *link online* nas diferentes plataformas sociais com o objetivo de maximizar o alcance e o maior número possível de participantes. Numa fase posterior, com o intuito de alcançar a população específica dos jovens adultos em

situação *boomerang* foi realizada uma divulgação direcionada e segmentada deste subgrupo, de forma a garantir uma maior inclusão desta população alvo.

Instrumentos

Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar (FACES IV)

O *funcionamento familiar* foi medido através da “*FACES IV- Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale*” (Olson, 2011), recorrendo-se à adaptação para a população portuguesa realizada por Gouveia-Pereira e colaboradores (2020). A escala é composta por 44 itens medidos através de escalas de 5 pontos (de 1 = “Concordo Totalmente” a 5 = “Discordo Totalmente”). Os itens estão divididos em diversos subdomínios de acordo com Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares (Olson, 2011): Coesão (e.g., “Os membros da minha família apoiam-se uns aos outros durante tempos difíceis”), Flexibilidade (e.g., “A minha família tenta novas formas de lidar com os problemas”), Desagregada (e.g., “Nós damos melhor com pessoas de fora da nossa família do que com as de dentro”), Aglutinada (e.g., “Nós passamos “demasiado” tempo juntos”), Rígida (e.g., “Na nossa família, há consequências rigorosas para quem quebra as regras”) e Caótica (e.g., “É difícil saber quem é o líder da nossa família”).

Paralelamente, são também avaliadas as dimensões da Comunicação (e.g., “Os membros da minha família estão satisfeitos com a forma como comunicam uns com os outros.”) e Satisfação (e.g., “Quão satisfeito está com o grau de proximidade entre os membros da família”).

Para aferir a estrutura fatorial, foi realizada uma Análise Fatorial Confirmatória através do JASP, recorrendo ao estimador DWLS, onde se verificou que o modelo apresenta índices de ajustamento aceitáveis ($\chi^2/df = 2.60$, $CFI = 0.907$, $TLI = 0.900$, $RMSEA (90\% IC) = .067$ [.061, .073]). Foi ainda possível observar uma boa consistência interna na escala global ($\alpha = 0.89$), bem como nos subdomínios correspondentes às escalas Coesão ($\alpha = 0.82$), Flexibilidade ($\alpha = 0.73$), Desagregada ($\alpha = 0.69$), Aglutinada ($\alpha = 0.59$), Rígida ($\alpha = 0.76$), Caótica ($\alpha = 0.59$), Comunicação ($\alpha = 0.93$), Satisfação ($\alpha = 0.94$).

O autor propõe que através da transformação das subescalas em rácios, permitindo classificar os sistemas familiares num continuum entre a disfuncionalidade e a funcionalidade. Podem, então, ser desenvolvidos três rácios: 1) Rácio de Coesão Familiar e 2) Rácio de Flexibilidade Familiar, que se obtém através da média das escalas de Coesão e Flexibilidade; e 3) Rácio Total Circumplexo, calculado através destas médias e cujos valores se situam entre

0.2 e 5. O valor de corte para considerar um sistema familiar funcional é acima de 1, enquanto valores inferiores a 1 indicam um sistema familiar disfuncional e (Olson, 2011).

No presente estudo optou-se pela utilização do Rácio do Funcionamento Familiar para medir o funcionamento familiar.

$$\begin{aligned} \text{Rácio da Coesão} &= \text{Coesão Equilibrada} / \frac{(\text{Coesão Desagregada} + \text{Coesão Emaranhada})}{2} \\ \text{Rácio da Flexibilidade} &= \text{Flexibilidade Equilibrada} / \frac{(\text{Flexibilidade Rígida} + \text{Flexibilidade Caótica})}{2} \\ \text{Rácio do Funcionamento Familiar} &= \frac{\text{Rácio da Coesão} + \text{Rácio da Flexibilidade}}{2} \end{aligned}$$

Ambivalência

A *ambivalência intergeracional* foi medida de duas formas: diretamente, por meio da escala de ambivalência intergeracional; e indiretamente, obtida através do cálculo de Griffin.

Escala de Ambivalência Intergeracional

A Escala de Ambivalência Intergeracional, inicialmente desenvolvida por Michels e colaboradores (2011) é composta por nove itens que pretendem de forma direta avaliar sentimentos, pensamentos e/ou comportamentos contraditórios relacionados com a família. O instrumento é composto por uma escala de seis pontos, compreendidos entre 1 = “Discordo Totalmente” e 6 = “Concordo Totalmente”.

Para efeitos do presente estudo foi utilizada a versão portuguesa desenvolvida por Barros (2021) composta por nove itens associados a pensamentos, sentimentos e comportamentos contraditórios em relação aos membros da família, sem distinção direta entre pai e mãe. A escala é também de 6 pontos, compreendidos entre 1 = “Totalmente em desacordo” e 6 = “Totalmente em acordo”

Numa fase inicial, foi realizada uma análise fatorial confirmatória através do JASP recorrendo ao estimador DWLS onde se observou que o modelo apresenta bons índices de ajustamento ($\chi^2/df = 1.34$, $CFI = 0.996$, $TLI = 0.995$, $RMSEA (90\% IC) = .032 [.000, .058]$). Numa análise de consistência interna foi possível identificar que, no presente estudo, a escala apresenta uma boa consistência interna ($\alpha = 0.89$).

Ambivalência Indireta

Numa fase inicial, foi realizada uma Análise Fatorial Confirmatória através do JASP recorrendo ao estimador DWLS onde se observou que o modelo apresenta bons índices de ajustamento ($\chi^2/gl = 0.19$, $CFI = 1.000$, $TLI = 1.011$, $RMSEA (90\% IC) = .000 [.000, .000]$). Numa análise de consistência interna foi possível evidenciar uma boa consistência interna em ambos os itens “Solidariedade Afetiva” ($\alpha = 0.93$) e “Solidariedade Conflitual” ($\alpha = 0.74$).

De forma a recorrer a uma medida indireta de ambivalência, foi utilizado o cálculo de Griffin, através do qual é possível avaliar os aspetos positivos e negativos associados ao mesmo objeto. Para efeitos do presente estudo, serão utilizadas duas dimensões do Índice de Solidariedade Intergeracional da versão portuguesa desenvolvida por Monteiro (2010). Nomeadamente, a dimensão de “Solidariedade Afetiva” (e.g., “A compreensão que tenho em relação aos meus pais é..”) será utilizada como fator positivo e a dimensão “Solidariedade Conflitual” (e.g., “Existe conflito, tensão ou desacordo entre mim e os meus pais.”) como fator negativo.

$$\text{Ambivalência} = (\text{positivo} + \text{negativo}) / 2 - [\text{positivo} - \text{negativo}] + 1.5$$

Escala de Satisfação com a Vida (ESV)

Como referido anteriormente, enquanto avaliação do *bem-estar*, optou-se por focar na *satisfação com a vida*, recorrendo para tal à Escala de Satisfação com a Vida (ESV), inicialmente desenvolvida e validada por (Diener et al., 1985) ($\alpha = 0.87$) e traduzida e validada para a população portuguesa por (Simões, 1992) ($\alpha = 0.77$). O objetivo do instrumento é avaliar a perceção do indivíduo da satisfação com a sua vida atual. A versão original foi inicialmente composta por 48 itens e posteriormente reduzida para cinco itens compreendidos entre 1 = “Discordo Totalmente” e 7 = “Concordo Totalmente”, o mesmo número da versão portuguesa cinco itens compreendidos entre 1 = “Discordo Muito” e 5 = “Concordo Muito”.

Foi realizada uma análise fatorial confirmatória através dos JASP e com um estimador DWLS onde se verificou que a estrutura inicialmente proposta apresentava bons índices de ajustamento ($\chi^2/gl = .037$, $CFI = 1.000$, $TLI = 1.008$, $RMSEA (90\% IC) = .000 [.000, .039]$). Numa análise de consistência interna foi possível identificar que, no presente estudo, a escala apresenta uma boa consistência interna. Como tal, foi computado um índice de satisfação com a vida pela média simples dos cinco itens ($\alpha = 0.87$).

Resultados

Análise Preliminares

Visando a exploração da relação entre as variáveis do estudo, realizou-se uma correlação bivariada entre as variáveis onde é possível observar que a satisfação com a vida e a ambivalência (nas duas medidas: direta e indireta) se relacionam negativa e significativamente entre ambas, sugerindo que, a níveis mais elevados de satisfação com a vida está associada uma menor incidência de sentimentos contraditórios nas relações intergeracionais. Face ao funcionamento familiar, é possível observar que este se relaciona também negativa e significativamente com a ambivalência, sugerindo que a ambivalência intergeracional tende a ser menor quando o funcionamento familiar se situa fora dos eixos desequilibrados. Da mesma forma, observa-se que o funcionamento familiar e a satisfação com a vida se relacionam positiva e estatisticamente, sugerindo que níveis coesos de funcionamento familiar se associam a maiores níveis de satisfação com a vida.

Tabela 2

Matriz de Correlações entre a Medida Direta de Ambivalência, a Medida Indireta de Ambivalência, a Satisfação com a Vida e o Rácio do Funcionamento Familiar.

Variáveis	Descritivas		Correlações			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>1.</i>	<i>2.</i>	<i>3.</i>	<i>4.</i>
1. Ambivalência (Medida Direta)	2.86	1.15	-			
2. Ambivalência (Medida Indireta)	4.11	1.92	.516**	-		
3. Satisfação com a Vida	4.67	1.23	-.336**	-.338**	-	
4. Funcionamento Familiar (rácio total)	2.29	1.23	-.515**	-.532**	.383**	-

Nota: ** $p < .01$.

Posteriormente, realizaram-se quatro modelos de regressão linear múltipla com o objetivo de examinar os efeitos das variáveis sociodemográficas de género, orientação sexual, escolaridade e duração da relação sobre as três variáveis dependentes (satisfação com a vida, ambivalência: medida direta e medida indireta) e a variável moderadora (funcionamento familiar). Todas as variáveis predictoras foram tratadas como variáveis dicotómicas (*dummy*),

sendo atribuída a categoria de referência em cada caso da seguinte forma: gênero – masculino (0), feminino (1); orientação sexual – heterossexual (0), não-heterossexual (1); escolaridade – até ao ensino secundário (0), ensino superior (1); e duração da relação – curta, longa (1).

Tabela 3

Regressão Linear Múltipla (Beta não Padronizados)

	<i>FF</i>	<i>SCV</i>	<i>AR (D)</i>	<i>AR (I)</i>
Constante	1.636**	3.242***	3.861***	2.662**
Escolaridade (1 = superior)	-.204	.749***	.133	.778**
Gênero (1 = feminino)	.378	.042	-.114	-.429
Orientação sexual (1 = não-hétero)	-.701***	-.286	.295	1.142***
Duração da relação (1 = longa)	.674***	.289	-.856***	-.359
R²	.095	.082	.094	.064
F	5.299***	5.895***	6.455***	3.435**
N	206	206	206	206

Nota: **FF:** Funcionamento Familiar; **AR(D):** Ambivalência (Medida Direta); **AR (I):** Ambivalência (Medida Indireta); **SCV:** Satisfação com a Vida. *** $p < .001$ ** $p < .01$; * $p < .05$.

Como é possível observar na Tabela 3, todos os modelos são significativos. Relativamente ao funcionamento familiar ($R^2 = 0.95$; $p < .001$), verificou-se que a orientação sexual ($\beta = -.701$; $p < .001$) e a duração da relação amorosa ($\beta = .674$; $p < .001$) são preditores estatisticamente significativos, no sentido em que participantes com uma orientação não-heterossexual comparativamente com participantes heterossexuais estão mais associados a um funcionamento familiar menos equilibrado, e estar numa relação amorosa de longa duração está associado a um funcionamento familiar mais equilibrado.

Relativamente à satisfação com a vida ($R^2 = 0.82$; $p < .001$), o nível de escolaridade ($\beta = .749$; $p < .001$) destacou-se como o único preditor estatisticamente significativo, indicando que quanto mais elevado o nível de escolaridade maior o nível de satisfação com a vida do jovem adulto.

Nas duas medidas de ambivalência, observa-se um modelo significativo, nomeadamente, na medida direta de ambivalência (AR (D)) ($R^2 = 0.94$; $p < .001$) e na medida indireta (AR (I)) ($R^2 = 0.64$; $p < .001$). É possível observar que no caso da AR (D), a duração

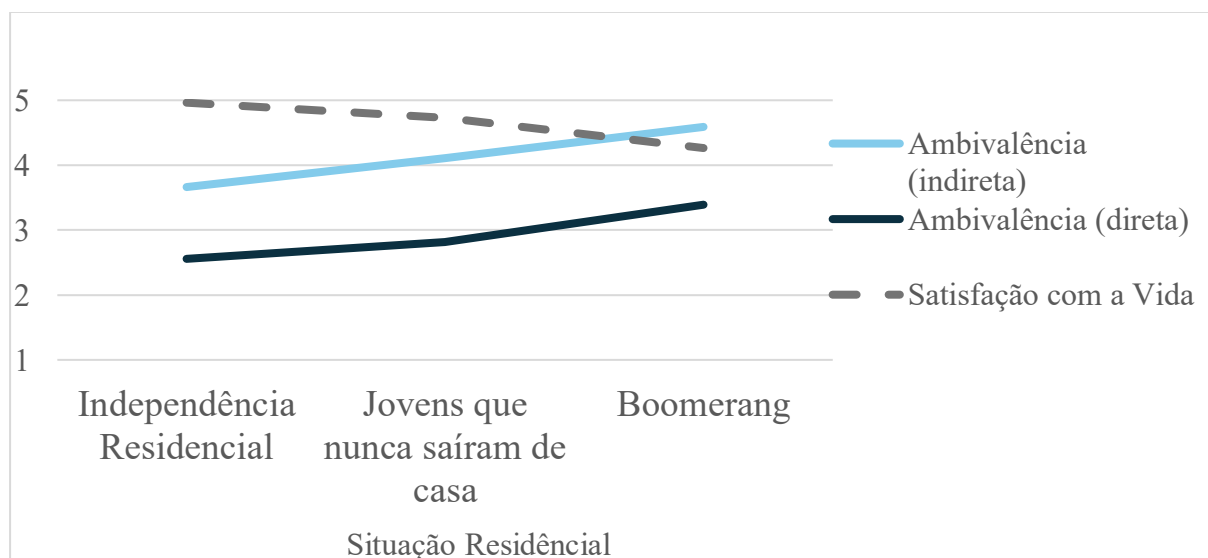
da relação amorosa ($\beta = -.856$; $p < .001$) é o único preditor estatisticamente significativo, revelando menores níveis de ambivalência quando jovens adultos estão em relações longas. Por outro lado, na AR (I), quer a escolaridade ($\beta = -.778$; $p < .001$), quer a orientação sexual ($\beta = 1.142$; $p < .001$) desempenham um papel estatisticamente significativos, na medida em que níveis mais elevados de escolaridade e ter uma orientação sexual não-heterossexual correspondem a níveis mais elevados de ambivalência. Transversal a todos os modelos, destaca-se a inexistência de efeitos significativos do gênero enquanto preditor das variáveis em estudo.

Teste de Hipóteses

Para o teste da primeira hipótese, foi realizada uma MANOVA, comparando os grupos nas três situações residenciais (independente, nunca saíram de casa e *boomerang*) no que respeita às três variáveis dependentes: a ambivalência, através da medida direta e da medida indireta e a satisfação com a vida (ver Figura 2).

Figura 2

Diferenças Entre os Diferentes Grupos de Situação Residencial e as Medidas Direta e Indireta de Ambivalência e de Satisfação com a Vida



Na MANOVA foi possível verificar que a situação residencial teve um efeito significativo ($\lambda(6, 614) = .932$; $p \leq .05$), tanto ao nível da ambivalência direta ($F(2, 309) = 8.615$; $p \leq .001$), da ambivalência indireta ($F(2, 309) = 3.746$; $p \leq .025$) e da satisfação com a vida ($F(2, 309) = 5.364$; $p \leq .005$).

A comparação múltipla de médias, pelo teste de *Tukey*, revela que, para a ambivalência direta, os grupos de residência independente e *boomerang* são diferentes entre si, no entanto, o grupo dos que nunca saíram de casa não diferem de um nem do outro. Para a ambivalência indireta e para a satisfação com a vida, os grupos de participantes independentes e que nunca saíram de casa dos pais não diferem entre si, diferindo ambos dos grupos de participantes *boomerang*.

Destaca-se um padrão onde é possível observar que os jovens que já alcançaram independência residencial tendem a demonstrar níveis superiores de satisfação com a vida e níveis mais baixos de ambivalência intergeracional aquando comparação com os jovens dependentes (jovens que nunca saíram de casa e jovens *boomerang*). Aquando observação dos resultados dos jovens dependentes é também possível destacar que os jovens *boomerang* tendem a apresentar níveis inferiores de satisfação com a vida e níveis superiores de ambivalência intergeracional.

Por fim, para o teste segunda hipótese, foi realizada uma análise de moderação com o intuito de avaliar em que medida o funcionamento familiar moderava a relação entre a situação residencial e os níveis experienciados e percebidos de ambivalência e satisfação com a vida do jovem adulto.

Para este efeito, foram realizadas três análises de moderação através do *PROCESS* Macro (versão 4.1) (Modelo 1), em que foram comparados os grupos de jovens adultos independentes com os que estão a viver atualmente em casa da família de origem (jovens que nunca saíram de casa e *boomerang*), quanto à ambivalência (direta e indireta) e à satisfação com a vida, e se explora o papel moderador do funcionamento familiar.

Como é possível verificar na Tabela 4, os três modelos são significativos. Começando pela ambivalência indireta, verifica-se que não existe uma diferença significativa entre independentes vs. “nunca saíram de casa” e *boomerang* (atualmente a viver na casa da família de origem). Ainda, que níveis mais elevados de funcionamento familiar resultem em menor ambivalência. Finalmente, embora a moderação não seja significativa, avançamos para a sua decomposição, como teoricamente sustentado. Como hipotetizado, é quando existem os valores mais baixos de funcionamento familiar que a relação entre estar ou não estar na casa da família de origem e a ambivalência é mais negativa. Pelo contrário, nas famílias com melhor funcionamento familiar, ser independente vs. “nunca saíram de casa” ou *boomerang* não tem efeito na ambivalência.

Respetivamente à ambivalência direta, o padrão é semelhante, sendo possível destacar que, apesar de não se observarem diferenças significativas entre jovens adultos independentes

e dos que nunca saíram de casa ou *boomerang* (atualmente a viver na casa da família de origem), é possível verificar que níveis superiores de funcionamento familiar estão associados a uma redução consistente da ambivalência direta. Como já referido, apesar de a interação não ter alcançado a significância estatística, em análise de decomposição sustentada teoricamente, observa-se que em famílias com baixo funcionamento familiar, a relação entre a coabitação intergeracional e a ambivalência é mais negativa, algo que não se observa em contextos de melhor funcionamento familiar, onde a diferença não tem um efeito relevante na ambivalência.

No que se refere à satisfação com a vida, o padrão é ligeiramente diferenciado, onde é possível observar que jovens que vivem de forma independente tendem a reportar níveis significativamente superiores de satisfação aquando comparação com jovens que nunca saíram de casa ou *boomerang*. Observa-se uma interação significativa entre o funcionamento familiar e a satisfação com a vida, resultados indicativos de que quando perante um rácio de funcionamento familiar mais baixo, as diferenças entre jovens independentes, e jovens que nunca saíram de casa ou *boomerang* são mais evidentes, enquanto, quando o funcionamento familiar detém um nível superior as diferenças não são significativas.

Finalmente, foi realizada a mesma análise de moderação, mas considerando um contraste específico da comparação entre aqueles que nunca saíram de casa e *boomerang*¹, ou seja, entre os dois grupos que vivem atualmente na casa da família de origem, mas com trajetórias distintas (ver tabela 4).

Começando com os efeitos principais na ambivalência indireta, verificou-se que não existem diferenças na ambivalência entre os que nunca saíram de casa e *boomerang* e que existe um efeito do funcionamento familiar, que resulta em menor ambivalência face a níveis mais elevados nesta variável. Finalmente a interação revelou-se ser tendencialmente significativa, e a sua decomposição resulta num padrão específico: quando o funcionamento familiar é mais negativo, não se verificam diferenças entre os que nunca saíram de casa e os *boomerang* quanto à ambivalência. No entanto, em níveis mais elevados de funcionamento familiar, os jovens que nunca saíram de casa mostram menor ambivalência que os *boomerang*.

O mesmo padrão se observa na ambivalência direta, apesar dos resultados não serem indicativos de diferenças significativas entre os jovens dependentes e *boomerang* é possível observar um efeito robusto do funcionamento familiar, onde se denota que um rácio de funcionamento familiar superior se associa a menores níveis de ambivalência direta. Apesar de a interação não ser estatisticamente significativa, em análise de decomposição é possível

¹ Foram realizadas duas comparações entre os três grupos, devido aos dois graus de liberdade ($K - 1 = 2$)

destacar um padrão semelhante ao da ambivalência indireta, onde em famílias com um funcionamento familiar mais baixo não se observam diferenças entre os grupos, no entanto, face a um funcionamento familiar mais elevado, os participantes que nunca saíram de casa tendem a mostrar uma menor ambivalência quando comparados aos *boomerang*.

Por fim, relativamente à satisfação com a vida, observa-se um efeito significativo sugestivo de que os jovens que nunca saíram de casa tendem a apresentar níveis superiores de satisfação com a vida em comparação com os jovens *boomerang*. Relativamente ao funcionamento familiar, observa-se um padrão semelhante onde níveis mais altos de funcionamento familiar se associam a níveis mais elevados de satisfação com a vida, e que, apesar da interação não ser significativa, numa análise de decomposição observa-se o mesmo padrão, em famílias com funcionamento familiar inferior não existem diferenças entre os grupos; no entanto, quando um funcionamento familiar mais elevado, os jovens que nunca saíram de casa demonstram uma maior satisfação com a vida em comparação com os *boomerang*.

Tabela 4

Resultados da Análise de Moderação Utilizando o PROCESS (Model 1) para o Contraste 1 – Comparação de Participantes Independentes (1) a Participantes que Nunca Saíram de Casa e Boomerang (-1)

Variáveis Independentes	Ambivalência (Ind)				Ambivalência (Dir)				Satisfação com a Vida			
	B	SE	t	LCLI; UCLI	B	SE	t	LCLI; UCLI	B	SE	t	LCLI, UCLI
Contraste 1	-.3808	.2367	1.609	[-.8466; .0850]	-.1867	.1444	-1.2930	[-.4708; .0974]	.4641	.1626	2.855	[.1442; .7840]
FF	-.7842	.0865	-9.069	[-.9544, -.6141]	-.4540	.0527	-8.6075	[-.5577, -.3502]	.2949	.0596	4.947	[.1776; .4121]
Contraste 1 x FF	.0877	.0865	1.014	[-.0825, .2578]	.0224	.0527	.4256	[-.0813, .1262]	-.1506	.0596	-2.527	[-.2679; -.033]
F	$F(3, 308) = 41.870; p < .001$				$F(3, 308) = 36.4768; p < .001$				$F(3, 309) = 19.5498; p < .001$			
R2	.2897				.2622				.3267			
Moderador	B	SE	t	LCLI; UCLI	B	SE	t	LCLI, UCLI	B	SE	t	LCLI, UCLI
Baixo	-.2920	.1632	1.790	[-.6131, .0290]	-.1640	.0995	-1.648	[-.3598, .0318]	-.0180	.1742	-1.03	[-.3613; .3254]
Médio	-.1921	.1087	-1.767	[-.4060, .0219]	-.1384	.0663	-2.087	[-.2689, .0079]	-.0802	.1238	-.648	[-.3241; .1638]
Alto	-.0644	.1455	-.442	[-.3508, .2220]	-.1057	.0888	-1.191	[-.2804, .0690]	-.1571	.2156	-.729	[-.5820; .2677]

Tabela 5

Resultados da Análise de Moderação Utilizando o PROCESS (Model 1) para o Contraste 2- Comparação de Participantes Dependentes (1) e Boomerang (-1)

Variáveis Independentes	Ambivalência (Ind)				Ambivalência (Dir)				Satisfação com a Vida			
	B	SE	t	LCLI; UCLI	B	SE	t	LCLI; UCLI	B	SE	t	LCLI, UCLI
Contraste 2	.0553	.1678	.330	[-.2754; .3861]	.0344	.2662	.129	[-.4902; .5590]	.1924	.0749	2.067	[.0090; .3758]
FF	-.3711	.0739	-5.023	[-.5167, -.2255]	-.8273	.1172	-7.060	[-1.0583, -.5964]	.3341	.0658	5.076	[.2044; .4638]
Contraste 2 x FF	-.1259	.0739	-1.074	[-.2715, .0197]	.0544	.1172	-4.638	[-.2853, .1766]	-.0979	.0902	1.086	[-.0798; .2757]
F	$F(1, 227) = 2.9031; p .0898$				$F(3, 227) = 36.7116; p <.001$				$F(3, 227) = 12.1795; p <.001$			
R2	.0091				.3267				.1386			
Moderador	B	SE	t	LCLI; UCLI	B	SE	t	LCLI, UCLI	B	SE	t	LCLI, UCLI
Baixo	-.0659	.1099	-.599	[-.2824, .1506]	-.0180	.1742	-.1032	[-.3613, .03254]	.0796	.1230	.647	[-.1628; .3219]
Médio	-.2099	.0780	-2.689	[-.3637, -.561]	-.0802	.1238	-.6475	[-.3241, .1638]	-.0907	.0907	1.870	[-.0091; .3483]
Alto	-.3881	.1359	-.2.855	[-.6560, .1203]	-.1571	.156	-.7287	[-.5820, .2677]	-.2750	.2750	2.072	[.0135; .5364]

Discussão

O presente estudo procurou explorar o impacto da recente crise social e habitacional nas transições para a vida adulta, refletida no adiamento da saída de casa dos pais, na saúde mental dos jovens adultos e nas relações e dinâmicas familiares (Gustafsson, 2021; PORDATA, 2024). O fenômeno *boomerang*, enquanto retorno de jovens adultos à casa da família de origem após um período de autonomia residencial, é outra das tendências macro sistêmicas intensificadas com este cenário de múltiplos desafios, que também motivou o desenvolvimento deste estudo.

Partimos de duas hipóteses: 1) Existem diferenças nos níveis de satisfação com a vida e de ambivalência intergeracional entre três grupos de jovens adultos: os que vivem de forma independente, os jovens em situação *boomerang* e os jovens que nunca saíram de casa da família de origem; 2) O Funcionamento Familiar exerce um efeito moderador na relação entre a coabitação intergeracional e os níveis de satisfação com a vida e ambivalência intergeracional percebidos pelo jovem adulto.

Confirmando, a primeira hipótese, os resultados obtidos são indicadores de diferenças estatisticamente significativas entre a satisfação com a vida e a ambivalência intergeracional nos diferentes contextos de residência, nomeadamente, entre os jovens que vivem de forma independente, os jovens que sempre viveram com os pais e/ou outros elementos da família de origem e os jovens em situação *boomerang*.

Em relação aos efeitos do tipo de coabitação residencial na satisfação com a vida, evidencia-se um padrão onde se observa que os jovens que vivem de forma independente apresentam os níveis mais elevados, seguidos pelos jovens que vivem com os pais e, finalmente, são os jovens *boomerang* aqueles que apresentam níveis inferiores. Por conseguinte, os resultados corroboram estudos anteriores que identificaram um aumento da sintomatologia depressiva e/ou um declínio no bem-estar psicológico dos jovens *boomerang* (Caputo, 2020; Copp et al., 2017). A interpretação destes resultados exige uma leitura sistêmica complexa na medida em que convoca diferentes níveis de análise, explicações teóricas e fatores interdependentes.

Numa perspetiva da teoria do ciclo vital da vida, pressupõem-se que a coabitação prolongada com os progenitores é preditora de uma saúde mental mais pobre, uma vez que a independência financeira e habitacional é um marco considerado fundamental para a transição para a adultícia (McGoldrick et al., 2016). Partindo deste pressuposto, Caputo (2020) salienta como a experiência da coabitação e os efeitos do adiamento da saída da casa parental é

condicionada pelas diferentes percepções e expectativas face a estas transições. Quando a coabitação é vivenciada como uma inconsistência com os marcos sociais considerados normativos para a adultez emergente, os jovens tendem a experienciar níveis inferiores de satisfação com a vida derivados do sentimento predominante de impotência e/ou retrocesso (Caputo, 2020; Mossakowski, 2011). Por outro lado, e considerando que cada experiência é única e dependente do contexto sociocultural, a coabitação prolongada é perspetivada por alguns jovens como algo positivo e como uma fonte de apoio emocional, social e financeiro que permite o desenvolvimento pessoal, melhorando, conseqüentemente, o bem-estar (Caputo, 2020; Settersten et al., 2015). Tal pode suceder mais comumente em países da Europa do Sul, como a sociedade portuguesa, fortemente marcadas pelo familialismo e a importância das redes pessoais de apoio emocional e instrumental (Gouveia, 2014).

Mais, pressupondo que a independência é um fator fundamental para a transição para a adultez emergente, o padrão observado nos níveis de satisfação com a vida poderá derivar do facto de os jovens *boomerang*, ao regressarem a casa dos progenitores sentirem a mudança como uma descontinuidade e como uma “falha” ou retrocesso daquilo que fora previamente alcançado, ou seja, ao invés de manter a autonomia e continuar a desenvolver uma identidade e forma independente de viver, o jovem regressa aos papéis interpretados durante a infância e adolescência e encontra-se novamente dependente dos progenitores (Preetz et al., 2022). Paralelamente, os jovens que nunca saíram de casa dos pais tendem também a contemplar a sua situação residencial, podendo sentir-se em atraso, em comparação com os pares, o que pode contribuir para um declínio no bem-estar (Copp et al., 2017).

Tais percepções e vivências podem estar ligadas a idealização de *scripts* culturais de independência, ou seja, a forma como culturalmente a independência é valorizada em cada sociedade e cultura e como os cursos de vida são percecionados ao nível da sequência e *timing* para atingir os marcos predefinidos (Greenfield, 2014).

Finalmente, a literatura tem sublinhado de forma consistente que o efeito *boomerang* se inscreve na sequência da experiência de evento adverso ou negativo de vida, tal como uma situação de desemprego, o que pode contribuir fortemente para níveis inferiores de bem-estar (Copp et al., 2017; Preetz et al., 2022; Swartz et al., 2011).

Relativamente ao padrão encontrado na variação dos níveis de ambivalência por tipo de coabitação residencial, também requer um enquadramento sistémico ligado às dinâmicas relacionais intergeracionais e não lineares de proximidade/distância, autonomia/dependência e apoio/conflicto. Os jovens que vivem com os pais, quer os que nunca saíram, quer os *boomerang*, partilham um contacto diário com os progenitores devido à coabitação, o que tende

a intensificar os laços emocionais e o impacto dos mesmos, podendo contribuir desta forma para níveis inferiores de bem-estar (Fingerman et al., 2017). No entanto, a experiência de coabitação entre jovens adultos e os progenitores não tem de ser mutuamente exclusiva: esta pode ser, simultaneamente, um fator de *stress*, mas também pode ser encarado como um fator potenciador de proximidade emocional e melhores relações intergeracionais. É neste sentido que Fingerman et al. (2017) introduzem o conceito de ambivalência com o intuito de explorar esta dualidade e coexistência de sentimentos de tensão e apoio provenientes do aumento do contacto associado à coabitação prolongada.

No presente estudo, foi observado um padrão semelhante entre os diferentes grupos na ambivalência intergeracional num sentido inverso. Observou-se que jovens *boomerang* apresentam níveis mais elevados de ambivalência, seguidos dos jovens que nunca saíram de casa e que os jovens independentes são os que sentem níveis menos elevados de sentimentos contraditórios face à família de origem. Os resultados são corroborados pela teoria da ambivalência (Luescher & Pillemer, 1998), que sugere que a coexistência de interações positivas e negativas é mais frequente em relações de maior proximidade física e emocional, essencialmente em situações de coabitação.

A coabitação entre um filho adulto e os pais pode gerar expectativas difusas, o que pode potenciar sentimentos ambivalentes e um aumento do conflito. Tendencialmente, aquando do regresso a casa dos progenitores ou do adiamento da saída do jovem adulto, as interações tendem a ser substituídas por negociações dos papéis familiares, onde se observam alterações face à necessidade de espaço pessoal, atribuição de tarefas, autonomia e privacidade. Os jovens em situação de *boomerang* tendem a sentir uma maior ambivalência em comparação com os jovens que sempre viveram em casa dos pais, pois, a experiência prévia de autonomia e desenvolvimento de identidade poderá aumentar as negociações face à autonomia, rotinas e papéis representados no núcleo familiar (Preetz et al., 2022).

De acordo com Luescher & Pillemer (1998), tanto os fatores estruturais como as normas e crenças são fatores essenciais e determinantes da ambivalência intergeracional, o que também é observado no presente estudo quando se identifica o papel significativo de fatores estruturais associados à orientação sexual e escolaridade. Neste sentido, os contactos frequentes derivados da coabitação e outros fatores estruturais, juntamente com normas pouco claras, tendem a ser potenciadores de um aumento da ambivalência. Por um lado, o aumento do contacto de proximidade pode ser potenciador de oportunidades de contacto e proximidade emocional que não ocorrem com tanta frequência fora do contexto de coabitação. Por outro lado, este mesmo contacto frequente derivado da coabitação pode ser potenciador de conflito quando se denota

uma partilha de espaço excessiva entre os progenitores e os filhos adultos (Fingerman et al., 2017).

Corroborando a teoria de Luescher & Pillemer (1998), que salienta o sofrimento emocional como um dos principais impactos da ambivalência intergeracional devido à oscilação entre a lealdade e carinho pelos pais e as suas próprias necessidades, é possível evidenciar uma relação negativa estatisticamente significativa entre a ambivalência intergeracional e os níveis de satisfação com a vida, tanto na medida direta como indireta (Tabela 3).

A segunda hipótese e objetivo do presente estudo incidia no efeito moderador do funcionamento familiar na relação entre a situação residencial e os níveis de satisfação com a vida e ambivalência. Dois grandes contrastes foram feitos: primeiramente, entre os que viviam atualmente em casa da família de origem (jovens que nunca saíram e *boomerang*) e os jovens com independência residencial; e, posteriormente, dentro dos que viviam atualmente em casa da família de origem, a comparação entre aqueles que nunca saíram e os que regressaram (*boomerang*).

No primeiro contraste, identificou-se um efeito de moderação significativo do funcionamento familiar na relação entre o tipo de coabitação residencial e a satisfação com a vida, em particular, esta relação era mais negativa quando este se situava em níveis baixos que traduziam um funcionamento desequilibrado. Por outro lado, quando o nível de funcionamento se revelou mais positivo, não se verificaram diferenças na satisfação com a vida entre os que viviam e não viviam na casa parental. Estes resultados permitem apurar que o funcionamento familiar pode exercer um papel protetor na satisfação com a vida dos jovens adultos que residem em casa dos progenitores. No entanto, se o funcionamento familiar for desequilibrado, esse efeito protetor perde a sua força. No segundo contraste entre os que nunca saíram da casa parental e os *boomerang*, verifica-se que há diferenças significativas em contexto de valores mais elevados de funcionamento familiar; contudo, em situações de valores inferiores de funcionamento, a diferença entre estes jovens não é significativa.

Desta forma, é possível apurar que o funcionamento familiar parece atuar como um recurso capaz de mitigar os efeitos adversos associados à coabitação intergeracional prolongada, apesar de o impacto protetor ser mais limitado quando a família se encontra numa situação de maior *stress* (e.g., o jovem adulto retornar ao lar). Por outro lado, denota-se que o facto de não haver diferenças significativas entre jovens que nunca saíram de casa e *boomerang* em famílias num contexto de baixo funcionamento familiar pode ser indicativo de um efeito de “teto” de *outcomes* negativos. Neste sentido, os resultados são sugestivos de que, quando a

dinâmica familiar é mais desequilibrada e o contacto com a família de origem é frequente, os níveis de satisfação com a vida tornam-se tão baixos e a ambivalência maior que não permitem a distinção entre sempre ter coabitado com os pais e ter regressado a casa após um período de independência. Os resultados corroboram a teoria de que o funcionamento familiar, apesar de ser relevante, tem limites na sua capacidade de compensar contextos bastante adversos, especialmente quando os *stressores* se associam à coabitação e regresso ao lar (Gouveia-Pereira et al., 2020; Hill, 1949; Olson, 2011; Rosino, 2016).

Globalmente, os resultados deste estudo são indicativos de que a coabitação por si só não é determinante dos níveis de satisfação com a vida e de ambivalência experienciados pelo jovem adulto, tornando-se evidente a necessidade de considerar fatores moderadores: como o funcionamento familiar. Os resultados corroboram a teoria estrutural de Minuchin (1974) que realça que, quando a resposta familiar à crise se caracteriza por um aumento da rigidez dos padrões relacionais e resistência à adaptação, o *stress* assume uma função patológica no seio familiar. O mesmo se observa no modelo ABC-X do *stress* familiar (Hill, 1949; Rosino, 2016), que sustenta a teoria afirmando que a intensidade da crise depende não só do efeito *stressor* (e.g., a coabitação prolongada ou o retorno a casa dos progenitores), mas também dos recursos e crenças familiares dos diferentes membros face à situação.

Finalmente, os resultados também corroboram o modelo circunplexo dos sistemas familiares (Olson, 2011; Gouveia-Pereira et al., 2020), que sugere que famílias com funcionamento equilibrado, ou seja, com níveis de coesão e flexibilidade adequados, detêm uma maior capacidade adaptativa mais saudável; enquanto famílias com funcionamento desequilibrado tendem a enfrentar maiores dificuldades na gestão de eventos *stressores* e transições desenvolvimentais. Desta forma, apesar de o funcionamento familiar não ser estático ao longo da vida familiar e tender a ajustar-se às diferentes exigências do ciclo de vida familiar (McGoldrick et al., 2016), os resultados reforçam a importância de uma definição familiar que vá além da composição do agregado, acentuando a necessidade de considerar as dinâmicas da relação e os recursos sistémicos da família.

Limitações e Estudos Futuros

Foi possível evidenciar algumas limitações no presente estudo. Em primeiro lugar, a dimensão da amostra relativamente aos jovens em situação *boomerang* ($N = 50$) que pode ter impacto nos resultados a nível estatístico. A amostra por conveniência, não sendo probabilística, foi recolhida com recurso à técnica da bola de neve, pelo que, não nos foi possível chegar a um número mais elevado de jovens em condição de *boomerang*. Ainda que

numa fase mais tardia, tenha sido implementada uma procura mais direta de jovens nesta situação através de *posts* que apelavam à necessidade de participação, bem como a partilha do estudo em redes sociais como o *reddit*. Por outro lado, o recrutamento através da técnica da bola de neve por meio da partilha online, pode ter introduzido um viés de similaridade entre os participantes. Denota-se uma baixa heterogeneidade da amostra no que concerne o sexo, a orientação sexual, a escolaridade e nacionalidade, sendo esta caracterizada maioritariamente por participantes do sexo feminino, heterossexuais, com graus de escolaridade superiores e de nacionalidade portuguesa. Investigações subsequentes beneficiariam de uma amostra mais diversificada e idealmente, de uma amostra representativa, capaz de captar este fenómeno na população portuguesa e de integrar os principais fatores de diferenciação social que contribuem para moldar estes processos. Em particular, dado o efeito preditor encontrado de fatores estruturais associados à orientação sexual e ao grau de escolaridade, seria relevante captar estes fenómenos em grupos minoritários associados à orientação sexual e identidade de género, famílias culturalmente diversas e em contextos socioeconómicos desiguais.

Outra limitação assenta também na informação recolhida sobre os jovens em situação *boomerang*, na medida que seria relevante identificar os motivos que impulsionaram o regresso do jovem a casa dos pais para avaliar se os níveis de satisfação com a vida derivam única e exclusivamente do regresso a casa dos pais ou se estes jovens tendem a estar a experienciar um período de vida mais exigente e complexo associado a outros fatores. De tal forma, seria importante no futuro perceber a *baseline* e controlar os efeitos do motivo do regresso a casa na satisfação com a vida. Adicionalmente, também para os jovens que nunca saíram de casa, seria relevante aprofundar os motivos que conduzem à permanência em casa da família de origem, tentando perceber a acumulação de *stressores* e de eventos de vida críticos adversos, mas também identificar recursos e vantagens que possam contribuir para não saírem de casa.

Paralelamente, com o intuito de aprofundar a informação recolhida sobre os jovens *boomerang* seria importante identificar o tempo de permanência em casa dos pais de forma a apurar os efeitos da duração da coabitação.

Adicionalmente, também seria vantajoso incluir outras medidas de bem-estar para além da satisfação com a vida (tendencialmente associada a uma avaliação mais de carácter cognitivo), capazes de captar outras dimensões psicológicas.

Em estudos futuros seria relevante recorrer a entrevistas qualitativas com os jovens *boomerang* para melhor compreender as vivências subjetivas destas transições, em particular, sobre a sua situação, o que sentem face à coabitação intergeracional, mas também como se sentem face às expectativas sociais e o alinhamento ou desalinhamento face a *scripts* que

internalizaram sobre como idealmente esperavam que fosse o seu curso de vida os *timings* das transições para a adultícia, bem como os processos de comparação com os pares.

Por outro lado, seria também importante estudar díades ou tríades com o intuito de avaliar o impacto da coabitação entre pais e filhos, bem como de outros elementos coabitantes (ex., irmãos, parceiros) de forma a comparar as suas perspetivas e de compreender de que forma estes processos diferem em múltiplas configurações de coabitação intergeracional e subsistemas (parental, conjugal, fraternal, etc.)

Neste seguimento, reforça-se, a nível teórico, a importância de repensar a ideia normativa do ciclo de vida familiar, uma vez que, as transições no ciclo de vida familiares (e.g o fenómeno *boomerang*) tendem a complexificar esta definição e obrigam a uma reorganização e flexibilização do ciclo por “etapas” e tarefas. A combinação da perspetiva do ciclo de vida familiar com perspetivas que intersectem o tempo social, geracional e histórico com o tempo biográfico e familiar, como exemplificado pelas teorias do curso de vida (Elder et al., 2003) poderá constituir uma lente analítica de maior alcance compreensivo.

O presente estudo foi realizado numa amostra portuguesa, pelo que, em estudos comparativos internacionais seriam relevantes para melhor compreender o papel do contexto sociocultural. Foi possível evidenciar o papel moderador do funcionamento familiar nos efeitos da experiência da coabitação prolongada da reversibilidade no caso dos *boomerang* ou a autonomia residencial na satisfação com a vida e ambivalência (e.g., o funcionamento familiar). Reconhecendo que a estrutura das famílias é moldada por fatores culturais, comparações com outras culturas familiares acrescentaria um contributo valioso.

Em particular, Portugal é um país com uma cultura fortemente familista, pelo que, as expectativas e experiências de apoio por parte dos membros da família podem favorecer atitudes mais positivas e menos estigmatizantes face à coabitação prolongada ou ao regresso a casa da família de origem.

Conclusão

A atual crise habitacional constituiu um cenário de crise macro sistémica e esta investigação contribuiu para uma análise que interliga este nível de análise com aspetos intrafamiliares. O aumento de complexidade na análise permite descortinar a competência das famílias em lidar com percursos mais diversos em termos de ciclo de vida familiar. Os resultados permitem apurar que a coabitação por si só não é determinante dos níveis de satisfação com a vida e de ambivalência do jovem adulto, realçando a importância das

dinâmicas familiares enquanto recursos fundamentais para a adaptação aos diferentes contextos.

O presente estudo reforça que, em contextos onde se observa uma intensificação de *stressores*, o funcionamento familiar detém um papel protetor, apesar de, com limites. Desta forma, compreender estas interações entre os fatores macro e microsistémicos é fundamental não só para a investigação, mas também para a prática clínica e intervenção social, permitindo deste forma um avanço no desenvolvimento de respostas integradas que apoiem os jovens adultos, mas também os respetivos sistemas familiares face às transições e crises contemporâneas.

Referências

- Alarcão, M. (2006). *(Des) equilíbrios familiares: Uma revisão sistémica*. (3ª). Coimbra: Quarteto.
- Albert, I., & Ferring, D. (2018). Intergenerational solidarity in adulthood: The role of family norms in intergenerational support and ambivalence. *Drustvena Istrazivanja*, 27(1), 5–25. <https://doi.org/10.5559/di.27.1.01>
- Barros, C. (2021). *Famílias pelo Mundo: Solidariedade Intergeracional em Famílias Transnacionais*. Universidade de Lisboa.
- Bengtson, V., & Roberts, R. (1991). Intergenerational Solidarity in Aging Families: An Example of Formal Theory Construction. *Journal of Marriage and the Family*, 53(4). <https://doi.org/10.2307/352993>
- Bengtson, V., Giarrusso, R., Mabry, J. B., & Silverstein, M. (2002). Solidarity, conflict, and ambivalence: Complementary or competing perspectives on intergenerational relationships? *Journal of Marriage and Family*, 64 568–576 <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2002.00568.x>
- Bowen & Murray (1978). *Family Therapy in Clinical Practice*. New York: Jason Aronson, Inc.
- Caputo, J. (2020). Parental Coresidence, Young Adult Role, Economic, and Health Changes, and Psychological Well-being. *Society and Mental Health*, 10(3), 199–217. <https://doi.org/10.1177/2156869318812008>
- Clarke, E., Preston, M., Raskin, J., & Bengtson, V. L. (1999). Types of conflicts and tensions between older parents and adult children. *The Gerontologist*, 39(3), 261–270.
- Copp, J. E., Giordano, P. C., Longmore, M. A., & Manning, W. D. (2017). Living With Parents and Emerging Adults' Depressive Symptoms. *Journal of Family Issues*, 38(16), 2254–2276. <https://doi.org/10.1177/0192513X15617797>
- Diener, E., Emmons, R. A., Larsen, R. J., & Griffin, S. (1985). The Satisfaction With Life Scale. *Journal of Personality Assessment*, 49(1), 71–75. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4901_13
- Duvall, E. M. (1977). *Marriage and family development* (5th ed.). Philadelphia: Lippincott.
- Elder Jr, G. H., Johnson, M. K., & Crosnoe, R. (2003). The emergence and development of life course theory. *Handbook of the life course*, 3-19.
- Erikson, E. H. (1963). *Youth: Change and challenge*. New York: Basic books.
- Fingerman, K. L., Huo, M., Kim, K., & Birditt, K. S. (2017). Coresident and Noncoresident Emerging Adults' Daily Experiences With Parents. *Emerging Adulthood*, 5(5), 337–350. <https://doi.org/10.1177/2167696816676583>

- Gagné, T., Sacker, A., & Schoon, I. (2022). Transition milestones and life satisfaction at ages 25/26 among cohorts born in 1970 and 1989–90. *Advances in Life Course Research*, 51, 100463. <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2022.100463>
- García-Mendoza, M. del C., Coimbra, S., Sánchez-Queija, I., & Parra, Á. (2024). Intergenerational Solidarity During Emerging Adulthood: Associations with Psychological Distress and Satisfaction with Life in Southern Europe. *Psychology Research and Behavior Management*, Volume 17, 2449–2463. <https://doi.org/10.2147/PRBM.S451905>
- Gillespie, B. J. (2020). Adolescent Intergenerational Relationship Dynamics and Leaving and Returning to the Parental Home. *Journal of Marriage and Family*, 82(3), 997–1014. <https://doi.org/10.1111/jomf.12630>
- Gouveia, R., & Castrén, A. M. (2021). Redefining the boundaries of family and personal relationships. In A. M. Castrén, et al. (Eds.), *The Palgrave handbook of family sociology in Europe*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-030-73306-3_13
- Gouveia-Pereira, M., Gomes, H., Miranda, M., & Candeias, M. de J. (2020). Coesão e flexibilidade familiar: Validação do pacote FACES IV junto de adolescentes portugueses. *Análise Psicológica*, 38(1), 111–126. <https://doi.org/10.14417/ap.1651>
- Greenfield, P. M. (2014). *Independence and Interdependence as Developmental Scripts: Implications for Theory, Research, and Practice* (pp. 21–58). Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9781315746555-1>
- Gustafsson, M. (2021). *Boom (erang) Time? An Analysis of Younger Adults Living With Their Parents*. Resolution Foundation. <https://www.resolutionfoundation.org/app/uploads/2021/06/Boomerang-Time.pdf>
- Gouveia, R. (2014). Personal networks in Portuguese society: A configurational and lifecourse approach (Doctoral dissertation, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa). Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/15607>
- Hill, R. (1949). *Families under Stress*. CT: Greenwood Press.
- Hill, R. (1986). Life Cycle Stages for Types of Single Parent Families: Of Family Development Theory. *Family Relations*, 35(1), 19. <https://doi.org/10.2307/584278>
- Houle, J. N., & Warner, C. (2017). Into the Red and Back to the Nest? Student Debt, College Completion, and Returning to the Parental Home among Young Adults. *Sociology of Education*, 90(1), 89–108. <https://doi.org/10.1177/0038040716685873>

- Howard, A., Li, A., & Bentley, R. (2023). Parental co-residence and young adults' mental health. *PLOS ONE*, *18*(11), e0294248. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0294248>
- José Gameiro & Daniel Sampaio. (2005). *Terapia Familiar* (6th ed.). Porto: Afrontamento.
- Kaplan, K. J. (1972). On the ambivalence-indifference problem in attitude theory and measurement: A suggested modification of the semantic differential technique. *Psychological Bulletin*, *77*(5), 361–372. <https://doi.org/10.1037/h0032590>
- Lettker, F., & Klein, D. M. (2004). Methodological issues in assessing ambivalences in intergenerational relations. *Intergenerational ambivalences: New perspectives on parent-child relations in later life*, 85–113.
- Levinson, D. J. (1986). A conception of adult development. *American Psychologist*, *41*(1), 3–13. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.41.1.3>
- Luescher, K., & Pillemer, K. (1998). Intergenerational Ambivalence: A New Approach to the Study of Parent-Child Relations in Later Life. *Journal of Marriage and the Family*, *60*(2), 413. <https://doi.org/10.2307/353858>
- McGoldrick, M., & Carter, B. (2001). Advances in coaching: Family therapy with one person. *Journal of Marital and Family Therapy*, *27*(3), 281–300. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2001.tb00325.x>
- McGoldrick, Monica., Carter, B., & Garcia-Preto, Nydia. (2016). *The expanding family life cycle : individual, family, and social perspectives*. Pearson.
- Michels, T., Albert, I., & Ferring, D. (2011). Psychologische Ambivalenz in Eltern-Kind-Beziehungen Entwicklung und teststatistische Überprüfung eines Instrumentes zur direkten Konstruktabbildung. *Diagnostica*, *57*(1), 39–51. <https://doi.org/10.1026/0012-1924/a000031>
- Miller, L. R. (2016). Definition of family. *Encyclopedia of family studies*, 1-7.
- Minuchin, S. (1974). *Families & Family Therapy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Minuchin, S. (1988). *Famílias, Funcionamento & Tratamento*. São Paulo: Artes Médicas.
- Minuchin, S. (2012). *Families and family therapy* (2^a). Routledge.
- Minuchin, S., & Fishman, C. (1981). *Family Therapy Techniques*. Harvard University Press.
- Monteiro, I. (2010). *Solidariedade familiar intergeracional e bem-estar psicológico: Estudo Intergeracional sobre a relação de apoio entre filhas adultas e as suas mães*. Universidade do Porto.
- Mossakowski, K. N. (2011). Unfulfilled expectations and symptoms of depression among young adults. *Social Science & Medicine*, *73*(5), 729–736. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.06.021>

- Olson, D. (2011). FACES IV and the Circumplex Model: Validation Study. *Journal of Marital and Family Therapy*, 37(1), 64–80. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2009.00175.x>
- Olson, D. H. (1986). Circumplex Model VII: Validation studies and FACES III. *Family Process*, 25(3), 337–351. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1986.00337.x>
- Parsons, T. (1949). The social structure of the family. *The family: Its function and Destiny*, 173–201. Harper & Brothers.
- Peters, C. L., Hooker, K., & Zvonkovic, A. M. (2006). Older Parents' Perceptions of Ambivalence in Relationships With Their Children. *Family Relations*, 55(5), 539–551. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2006.00424.x>
- Pillemer, K., & Lüscher, K. (2004). Introduction: Ambivalence in parent-child relations in later life. In *Intergenerational ambivalence: New perspectives on parent-child relations in later life* (1–19). Elsevier. [https://doi.org/10.1016/S1530-3535\(03\)04001-9](https://doi.org/10.1016/S1530-3535(03)04001-9)
- PORDATA. (2024). *Retrato dos jovens entre os 15 e os 24 anos*.
- Preetz, R., Greifenberg, J., Hülsemann, J., & Filser, A. (2022). Moving Back to the Parental Home in Times of COVID-19: Consequences for Students' Life Satisfaction. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(17), 10659. <https://doi.org/10.3390/ijerph191710659>
- Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família - Perspetiva Sistémica*. Edições Afrontamento.
- Rosino, M. (2016). Model of Family Stress and Coping. In *Encyclopedia of Family Studies* (pp. 1–6). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781119085621.wbefs313>
- Salerno, J. P., Doan, L., Sayer, L. C., Drotning, K. J., Rinderknecht, R. G., & Fish, J. N. (2023). Changes in mental health and well-being are associated with living arrangements with parents during COVID-19 among sexual minority young persons in the U.S. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 10(1), 150–156. <https://doi.org/10.1037/sgd0000520>
- Santos-Gomes, H. M., & Gouveia-Pereira, M. (2014). Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrolo. *Análise Psicológica* 32(4), 429-451. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. <https://doi.org/10.14417/ap.958>
- Settersten, R., Ottusch, T., & Schneider, B. (2015). *Becoming Adult: Meanings of Markers to Adulthood*. John Wiley & Sons, Inc.
- Sheehy, G. (1977). *Passages: Predictable crises of adult life*. E. P. Dutton and Company.
- Simões, A. (1992). Validação de uma escala de satisfação com a vida (SWLS). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 3, 503–515.

- Statistical Office of the European Union (Eurostat). (2024, April 25). *Estimated average age of young people leaving the parental household by sex*. Products Datasets. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Steinbach, A. (2008). Intergenerational Solidarity and Ambivalence: Types of Relationships in German Families. *Journal of Comparative Family Studies*, 39(1), 115–127. <https://doi.org/10.3138/jcfs.39.1.115>
- Swartz, T. T., Kim, M., Uno, M., Mortimer, J., & O'Brien, K. B. (2011). Safety Nets and Scaffolds: Parental Support in the Transition to Adulthood. *Journal of Marriage and Family*, 73(2), 414–429. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00815.x>
- Szydlik, M. (2016). *Sharing Lives: Adult Children and Parents*. Routledge.
- Widmer, E. D. (2010). *Family conflicts*. In *Family configurations: A structural approach to family diversity 4*, 61–77. Ashgate Publishing.
- Wong, J. (2004). Cultural scripts, ways of speaking and perceptions of personal autonomy: Anglo English vs. Singapore English. *Intercultural Pragmatics*, 1(2), 231–248. <https://doi.org/10.1515/IPRG.2004.1.2.231>
- Wu, J., & Grundy, E. (2023). ‘Boomerang’ moves and young adults’ mental well-being in the United Kingdom. *Advances in Life Course Research*, 56, 100531. <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2023.100531>

Anexos

Anexo 1 – Materiais de divulgação do presente estudo



Participa num estudo sobre

Os efeitos psicológicos de viver com os pais

Critérios:

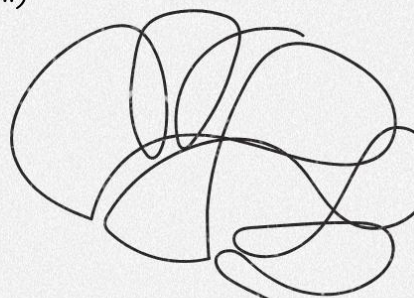
- **Idade:** Entre 18 e os 40 anos
- **Agregado doméstico:** viver com os pais (sem nunca ter saído ou em **situação boomerang**) ou viver de forma independente (ex., sozinh@, em casal, partilha de casa)

Jovens Boomerang, quem são?

Pessoas que **saíram de casa dos pais durante pelo menos um ano e agora estão de novo a viver com eles** (ex: voltaste após os estudos, erasmus, uma separação, perda de emprego etc..)

Para participar, o link encontra-se na descrição e na bio

Obrigada



Em caso de dúvidas, contacta: 115420@alunos.ispa.pt

Anexo 2 – Consentimento Informado

Muito obrigada por considerar responder a este questionário, que tem como objetivo estudar o efeito da coabitação familiar prolongada no bem-estar do jovem adulto e na forma como são experienciadas as relações familiares.

O estudo está a ser promovido pelo Ispa – Instituto Universitário, no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, pela aluna Margarida Aparício Rosa Funina Cavaco, sob orientação da Prof. Doutora Mariana Pires de Miranda.

Todas as respostas são anónimas e os dados serão utilizados exclusivamente para fins de investigação, mantendo assim a sua privacidade e a confidencialidade dos dados.

A sua participação é voluntária e poderá desistir a qualquer momento independentemente do motivo. Após começar o estudo – e porque garantimos o anonimato dos participantes – não existe a possibilidade de proceder à eliminação das suas respostas.

A resposta ao questionário não lhe trará nenhum risco e estima-se que termine, em aproximadamente, 8 minutos.

Se tiver alguma dúvida ou sugestão, poderá entrar em contacto com Margarida Cavaco (31562@alunos.ispa.pt).